

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ANTÔNIO GIOVANI ALVES DE SOUSA
PIRIPIRI-PI



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA

PIRIPIRI (PI), Agosto de 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governador do Estado

Rafael Tajra Fonteles

Reitor

Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Pró-Reitora de Ensino e Graduação – PREG

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP

Raurys Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Administração e Recursos Humanos – PRAD

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Lucídio Beserra Primo

CAMPUS PROFESSOR ANTÔNIO GIOVANNI ALVES DE SOUSA (PIRIPIRI)

Diretor(a)

Mike Melo do Vale

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Adriana Borges Ferro Moura

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Adriana Borges Ferro Moura

Antônio José Gomes

Francisco William Mendes Damasceno

Francisca Maria da Cunha de Sousa

Zilda Tizziana Santos Araújo

COLABORADORES:

Adriana Borges Ferro Moura

Antônio José Gomes

Francisco William Mendes Damasceno

Francisca Maria da Cunha de Sousa

Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana

Zilda Tizziana Santos Araújo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO	07
1. APRESENTAÇÃO	07
2. CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI	09
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
CAPÍTULO II – DO CURSO	13
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
2. JUSTIFICATIVA PARA O CURSO	15
3. OBJETIVOS DO CURSO	20
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	22
5. ESTRUTURA CURRICULAR	27
6. CONTEÚDOS CURRICULARES	28
7. METODOLOGIA	93
8. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	100
9. POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE	106
10. CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	110
11. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	112
12. ESTRUTURA DA UESPI PARA OFERTA DO CURSO	113
13. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO	115
14. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	117
15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	117
16. AVALIAÇÃO.....	118
17. ANEXOS	125

APRESENTAÇÃO

O Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) foi autorizado pela Lei Nº 5.500/2005, datado de 11 de outubro de 2005, para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. O Campus funciona no Município de Piri-piri, tendo como pólos integrados os Núcleos que funcionam nas cidades de Esperantina, Luzilândia, Pedro II e Piracuruca.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural da região onde se insere, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Oferece atualmente 03 (três) modalidades de ensino: **Regular**, **EAD** e **Parfor**. O ensino regular conta com 07 (sete) cursos de graduação, dentre os quais, 05 (cinco) constituem cursos de licenciatura e 02 (dois) são bacharelados. As graduações na primeira instância são as que se seguem: Licenciatura em Letras-Português, Licenciatura em Letras-Inglês, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Química, Licenciatura em Física; e no grupo do Bacharelado encontram-se os curso de Ciências da Computação e Direito. Na modalidade à Distância, a UESPI-Piri-piri oferece os cursos de Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras-Inglês, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Filosofia, e Licenciatura em Letras-Espanhol. No quadro do Parfor são oferecidos os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Ciências da Computação.

No âmbito da pós-graduação, há 01 (um) cursos *Lato Sensu*: Especialização em Especialização em História do Brasil oferecido pelo NEAD.

Além do ensino, o Campus desenvolve Programas como PIBID, LIFE, PIBIC, Monitoria, e outros no campo social, tais como auxílio alimentação, auxílio moradia e auxílio trabalho; contribuindo, com isso, para a permanência do discente na universidade e pleno desenvolvimento profissional, intelectual e sociocultural dos estudantes.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI-Piri-piri pauta-se nos princípios básicos que se constituem nas referências para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI/Piripiri está integrada à comunidade para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa perspectiva, a IES aqui em foco estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

A missão do Campus Professor Antonio Giovani Alves de Sousa, em Piripiri atende ao compromisso da UESPI de *“Atuar na área de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais aptos a integrarem o setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico, humanitário e cultural da região”*.

Para tornar essa missão realizável, o Campus investe na formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população do Médio Parnaíba.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI-Piripiri levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para responder devidamente às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, o Campus da UESPI em Piripiri atende aos seguintes objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que

vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ No. 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº. 042 de 9 de setembro de 1991, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando, portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba. Posteriormente foram criados novos Campi, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui Campus sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontra em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presencial e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 6 (seis) cursos *Lato sensu*, 7 (sete) cursos *Stricto sensu*, 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referencias para o desenvolvimento de um projeto

baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa perspectiva, a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2. CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) *Campi*, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos vizinhos estados do Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual –. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação.

Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para ingressantes e um total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2105). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015 e ao PEE 2015,

que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores da Educação Básica.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual No. 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior, impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal No 042/1993 de 25 de fevereiro, (DOU- Seção 1- 26/02/1993, pág. 2.359), foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – Campus do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os Campi de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos.

A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus de São Raimundo Nonato.

Os demais Campi permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual nº 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual nº 10.239, 24/01/2000), Piri-piri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto nº 10.690, de 13/11/2001) – atualmente Campus “Clóvis Moura”.

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de 04 (quatro) Centros de Ciências no Campus “Poeta Torquato Neto”: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.

Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) e do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) da Instituição. A segunda eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores(as) de Centro e de Campus e Coordenadores(as) de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no Campus “Poeta Torquato Neto”, do CCN (Centro de Ciências da Natureza), do CCECA (Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes), do CTU (Centro de Ciências Tecnológicas e Urbanismo), do CCA (Centro de Ciências Agrárias) em União. A FACIME recebeu a denominação de CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada – Universidade Aberta

do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores/as nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é uma medida que reflete a preocupação em traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar N° 87/2007. Esta nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Denominação: Licenciatura em Pedagogia

1.2 Área: Ciências Humanas

1.3 Situação jurídico-institucional:

O curso esta autorizado/reconhecido pela portaria CCE N° 140/2010

- **Resolução Cepex** nº 09 de 13/03/2012;
- **Decreto Estadual** nº 14.303 de 03/09/2010;
- **Resolução CEE/PI** nº 225/2010;
- **Parecer CEE/PI** nº 140/2010;
- **Atual Decreto Estadual** nº 14.850 de 05/06/2012.

1.4 Regime acadêmico

1.4.1 Regime de oferta e matrícula

- Regime seriado semestral

1.4.2 Total de vagas

35 vagas semestrais

Carga horária total para integralização

- 3.260 horas

1.4.4 Tempo para integralização

- MÍNIMO: 09 semestres
- MÁXIMO: 14 semestres

1.4.5 Turnos de oferecimento

- Diurno e noturno

1.4.6 Quantidade de alunos por turma

- 50 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades teóricas;
- 25 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades práticas.

1.4.7 Requisitos de Acesso

- conclusão do Ensino Médio e Aprovação / classificação no SISU, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;
- ingresso como portador de diploma de nível superior;
- através de transferência intercampi e facultativa de outra IES, de acordo com o Regimento Geral da UESPI;

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

O município de Piri-piri, localizado a Região Meio Norte do Piauí a 157 quilômetros da Cidade de Teresina – capital do Estado, possui uma área territorial de 1.408,934 Km². Em termos demográficos apresenta uma população estimada em 63.829 habitantes, distribuída em 43,89 habitantes por quilômetros quadrados (IBGE, 2021):



Piri-piri está localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, tendo como limites os municípios de Batalha e Brasileira, ao Norte; ao Sul com a cidade de Capitão de Campos e Pedro II; a Oeste, com Barras, Boa Hora, Batalha e Capitão de Campos; e, a Leste, com Domingos Mourão, Pedro II e Lagoa de São Francisco. Possui como coordenadas geográficas de 04°16'24" de latitude sul e 41°46'37" de longitude oeste de Greenwich.

As condições climáticas do município de Piri-piri (com altitude da sede a 60 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 26°C e máximas de 38°C, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Marítimo, com isoietas anuais em entre 800 a 1.600 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. O trimestre mais úmido é o formado pelos meses de fevereiro, março e abril.

Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986). Os solos no município estão representados por vários

tipos (CPRM, 1973; Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí, 1986 e Projeto Radam, 1973). Grupamento indiscriminado de planossolos eutróficos, solódicos e não solódicos, fraco a moderado, textura média, fase pedregosa e não pedregosa, com caatinga hipoxerófila associada. Os solos hidromórficos, gleizados. Os solos aluviais, álicos, distróficos e eutróficos, de textura indiscriminada e transições vegetais caatinga/cerrado caducifólio e floresta ciliar de carnaúba/caatinga de várzea. Os solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado e/ou carrasco. As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros.

Atualmente, o município possui como atrativos turísticos os seguintes locais abertos à visitação: O Açude **Caldeirão** – localizado a 7,5 Km da cidade e encontra se constituído por aproximados 54.600.000 metros cúbicos de água. O açude é utilizado como fonte de lazer possuindo vários setores para banho, bares e restaurantes; também opera como importante represa de tratamento e abastecimento de água para a cidade. Além do mais, funciona como criatório de peixes, camões e alevinos, contribuindo significativamente para o aumento das atividades de pesca e piscicultura na região. Cita-se também como importante pontos da cidade o **Museu Perypery** – contendo peças que registram a história do município; o **Parque Municipal Cachoeira da Conceição** – com 28 hectares de floresta nativa e uma piscina natural; a **Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios** – construída pelos franciscanos em 1950 com base na Catedral alemã St. Paulus, para onde convergem as festividades da padroeira da cidade; o **Memorial Expedito Resende** – erguido em 1985 e mantido pelo Governo do Estado, possuindo peças em exposição do Embaixador Expedito Resende, um auditório com capacidade para 200 pessoas e uma biblioteca com cerca de 2 mil obras; a **Praça de Eventos Arimatéa Sousa** – situada onde antes funcionava a antiga Estação Ferroviária da Cidade; o **Parque Nacional Sete Cidades** – formações rochosas esculpidas pela natureza lembrando figuras de animais, símbolos e figuras humanas e contendo inscrições ruprestes de civilizações antigas que residiram na região; a **Biblioteca Municipal Casa das Letras** – localizada onde antes operava a antiga Usina de Energia; a **Cachoeira do Bota-Fora** – também conhecida como Cochoeira Grande e usada como

fonte de lazer para banhistas e visitantes; o **Açude Anajás** – local utilizado para pesca devido à grande quantidade de peixes; a **Praça da Bandeira** – situada em frente à Igreja Matriz e ponto de encontro, lazer e de atividades socioculturais da cidade; e o **Santuário de Nossa Senhora dos Remédios** – localizado no Morro da Saudade, sendo um espaço de visitação e peregrinação.

O município de Piripiri foi fundado em 1844 pelo padre Francisco Domingos de Freitas, obtendo pela Resolução Nº 698 a condição de Distrito em 16 de agosto de 1870 com o nome de Vila Nossa Senhora dos Remédios, como parte integrante das Cidade de Piracuruca, Campo Maior e Pedro II; das quais fora desmembrado quatro anos depois pela Resolução Provincial Nº 849, em 16 de junho de 1874. No entanto, só foi elevada à condição de Cidade em 04 de julho de 1910, pela Lei Estadual Nº 570, obtendo a atual denominação “Piripiri” ou “Periperi”.

O município de Piripiri situa-se em uma região com uma forte vocação para o comércio, para o ecoturismo e para indústria de confecções, possuindo em seu território cerca de 300 fábricas de tecido distribuídas nas modalidades micro e pequena empresa. De acordo com os dados do IBGE (2010), a cidade de Piripiri é caracterizada por ter uma população jovem na qual as pessoas com até 19 anos de idade ainda constituem a faixa mais numerosa da população; vindo em seguida a faixa etária entre 20 a 39 anos. Esses dados podem ser melhor observados na tabela abaixo que retrata os aspectos populacionais do município divulgada pelo Censo Demográfico:

Tabela 1 – Aspectos populacionais do município de Piripiri

Idade HOMENS MULHERES

1 a 4	1.893	3.010
5 a 9	2.922	2.485
10 a 14	3.231	3.010
15 a 19	3.077	3.027
20 a 24	2.792	2.880
25 a 29	2.440	2.576
30 a 34	2.258	2.475
35 a 39	1.900	2.024
40 a 44	1.708	1.985
45 a 49	1.647	1.814
50 a 54	1.444	1.584
55 a 59	1.184	1.406
60 a 64	1.025	1.176
65 a 69	827	937
70 a 74	656	824
75 a 79	465	542

80 a 84 328 374
85 a 89 124 190
90 a 94 46 86
95 a 99 23 28

Fonte de dados: IBGE, Censo Demográfico - 2010.

A análise dos dados possibilita identificar que o município de Piripiri, por apresentar uma população jovem, deve fazer fortes investimentos na área da educação e na saúde para garantir um bom crescimento e desenvolvimento na área econômica, social e profissional, preparando-os para o futuro. Assim, observa-se que a implantação de novos cursos e vagas em universidades públicas e privadas faz parte destes investimentos na área educacional contribuindo para a inclusão dos jovens na educação superior.

Os índices socioeconômicos do município e cidades circunvizinhas expressos pela fundação CEPRO identificam que a Cidade de Piripiri tem IDH, PIB per capita e população visivelmente superior que as outras cidades da região. Contudo, esses índices ainda refletem uma realidade de forte exclusão social. Isso pode ser melhor verificado na Tabela abaixo:

Tabela 2: Índices socioeconômicos do município de Piripiri e cidades vizinhas.

Brasileira	7.961	3.478	0,581	0,334	2.245,21
Pedro II	37.500	22.671	0,605	0,321	2.342,16
Piracuruca	27.548	19.242	0,609	0,344	3.106,19
Piripiri	62.600	44.539	0,635	0,372	5.128,25
Esperantina	37.765	23.156	0,591	0,337	2.855,46
Luzilândia	24.711	13.252	0,564	0,324	2.684,67
Capitão de Campos	10.956	6.347	0,583	0,328	_____
Boa Hora	6.299	1.524	0,575	0,320	_____
Batalha	25.786	9.619	0,553	0,311	2.387,61

Domingos Mourão 4.264 958 0,546 0,287 3.471,19

Lagoa de São Francisco 6.422 2.092 0,537 0,296 2.065,37

Barras 44.850 22.126 0,581 0,321 2.698,29

(Fonte: Fundação Cepro, 2010, IDH – PNUD 2000, IBGE 2010, Índice de Exclusão Social 2003)

A cidade de Piripiri é um polo promissor, de crescente desenvolvimento regional. Sua potencialidade está nos setores de agricultura, turismo, pecuária e indústria. Na atividade agrícola, destaca-se o cultivo e a produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho, banana, castanha de caju, coco-da-baía, laranja e manga; produtos esses provenientes, em sua maioria, da agricultura familiar. O potencial turístico da cidade encontra-se em suas belezas naturais – como fauna, flora, a presença de piscinas naturais, cachoeiras e pequenas quedas d’água – e formações rochosas que contêm inscrições de civilizações humanas antigas; atraindo, com isso, visitantes e pesquisadores de todo o país. Na pecuária, há a predominância da criação de aves, suínos e caprinos, seguidos, em uma esfera quantitativa inferior, das criações de asininos, bovinos, bubalinos, equinos, muares e ovinos. No âmbito industrial, a cidade é bastante conhecida por ser um dos maiores polos econômicos da indústria de confecção e tecidos, tendo um faturamento bruto anual de aproximadamente R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões); gerando, com isso, empregos e aquecendo o comércio local, situando-se entre as cidades que mais cresce no Piauí.

2.1 Contexto educacional

O número de profissionais da educação com nível superior no Brasil ainda é insuficiente, em especial nas cidades do interior, não sendo diferente no município de Piripiri. Como consequência desse quadro, ocorre um aumento no índice de professores leigos na educação básica, como também o número de pessoas sem a qualificação necessária que exercem as atividades de gestão nos diferentes espaços educacionais. Nesse sentido, a contribuição e participação dos profissionais da educação, principalmente do pedagogo, é solicitada, pois esse profissional é responsável não só pela docência na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental como

também é formado para exercício da gestão em espaços escolares e não escolares.

Para amenizar esse problema é imprescindível a consolidação de cursos que atendam a essas necessidades uma vez que se trata de uma questão vital para a melhoria da educação básica, pois, como afirma Nóvoa (2008), não há melhoria do ensino sem uma adequada formação de professores.

Isso justifica a necessidade do funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia em todo o Estado. No caso específico do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, localizado na cidade de Piripiri, essa questão toma uma amplitude não somente local, pois esse Curso atende a demanda por professores e gestores formados na educação superior em outros municípios como São José do Divino, São João da Fronteira, Pedro II, Picarucura, Capitão de Campos dentre outros municípios localizados na circuvizinhança.

Reiteramos, que é pertinente destacar a relevância do Curso de Licenciatura em Pedagogia para o Piauí, vez que, ainda há, no Estado, carência por profissionais da educação com formação em nível superior, sobretudo, nos municípios mais distantes da capital e zona rural. Nesse sentido, a reformulação do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia insere-se também num contexto de contribuição com desenvolvimento social e econômico do Piauí ao formar profissionais competentes na área educacional aptos a intervirem nas diversas realidades em que este fenômeno ocorra.

Esse curso possui, portanto, um compromisso explícito com a sociedade piauiense, qual seja a formação de profissionais docentes com qualificação em nível superior aptos a colaborarem com o desenvolvimento educacional do Estado.

3 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI propõe-se à formação de profissionais que busquem ampliar os conhecimentos produzidos na área da educação, estudando, pesquisando e desenvolvendo ações voltadas para um compromisso social com a qualidade da educação básica.

3.1 Geral

O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem por objetivo geral formar

professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

3.2 Específicos

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI se propõe a:

Formar profissionais para o exercício da docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, em instituições públicas ou privadas de ensino em todo território nacional;

Formar profissionais aptos ao desenvolvimento da pesquisa para a construção do conhecimento didático-pedagógico necessário a atualização consciente do/a pedagogo/a;

Formar profissionais para atuarem nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico e administrativo, no planejamento escolar e não-escolar, na execução e avaliação de projetos educativos e da proposta pedagógica.

Diante desses objetivos, ressaltamos que a formação do pedagogo na UESPI está alinhada ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e à legislação vigente para a educação superior.

A formação do Pedagogo na UESPI está alinhada ao disposto nas DCN para o curso e à legislação para a educação superior. O curso objetiva dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I - Conhecer da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - Desenvolver pesquisas, com a análise e a aplicação dos resultados de investigações na área educacional;

III - Participar na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, deve ser pautada numa formação humana e crítica, que respeite todas as diversidades locais, promovendo, assim, a inclusão social e o exercício da cidadania. Nesse sentido, o egresso do curso deve desenvolver sua prática profissional numa perspectiva contextualizada, considerando as peculiaridades regionais e locais. Esse profissional deve estar formado de acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Pedagogia (BRASIL, 2006) segundo as quais o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia deverá estar apto a:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura

investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre o processo de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

4.1 Competências e habilidades

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI deverá apresentar as seguintes competências e habilidades:

4.1.1 Competências e habilidades referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática

- Pautar-se por princípios da ética democrática, dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e como cidadãos;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade.

4.1.2 Competências e habilidades referentes à compreensão do papel social da escola

- Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele;
- Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula; · Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola.

4.1.3 Competências e habilidades referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar.

- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de

conhecimento que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias das diferentes etapas e modalidades da educação básica;

- Ser capaz de relacionar os conteúdos básicos referentes às áreas/disciplinas de conhecimento com: (a) os fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; (b) os fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/disciplinas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas; · Ser proficiente no uso da Língua Portuguesa e de conhecimentos matemáticos nas tarefas, atividades e situações sociais que forem relevantes para seu exercício profissional;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

4.1.4 Competências e habilidades referentes ao domínio do conhecimento pedagógico

- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;
- Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; · Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade; Utilizar estratégias diversificadas de avaliação

da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos.

4.1.5 Competências e habilidades referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica

- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, com o distanciamento profissional necessário à sua compreensão;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar-se dos conhecimentos para manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e ao conhecimento pedagógico;
- Utilizar resultados de pesquisa para o aprimoramento de sua prática profissional.

4.1.6 Competências e habilidades referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional

- Utilizar as diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente;
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica.

4.2 Campo de atuação profissional:

O profissional formado no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela UESPI de Piriapiri poderá desenvolver suas atividades privativas garantidas em lei nos seguintes campos de atuação:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos em espaços escolares e não escolares;

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- **Flexibilidade**: a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelas Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Programa de Estágio Extra-Curricular, Programas de Nivelamento, Oferta de Disciplinas Optativas, Monitoria e Atividades de Extensão, - todas normatizadas em um Regulamento próprio -, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- **Interdisciplinaridade**: as ações de interdisciplinaridade, no âmbito de curso, ocorrem através dos Programas de Extensão e Estágio ofertados no curso, disciplinas integradoras, oportunidades nas quais, os professores supervisores estimulam as discussões em grupos interdisciplinares.
- **Compatibilidade de carga horária**: A carga horária do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. Atualmente o curso possui 3.260 horas, integralizadas em 09 (nove) semestres de 16 (dezesseis) semanas letivas.
- **Articulação da Teoria com a Prática**: A articulação entre a Teoria e a Prática no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI se dá de forma precoce e constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas Teóricas.

6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares essenciais do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI estão perfeitamente alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) desse curso e cumprem todos os requisitos legais.

Esse Curso está organizado em 09 (nove) blocos semestrais com um total de 3.260 horas de atividades acadêmicas compostas de conteúdos científico-culturais, formação docente e atividades complementares que devem ser integralizadas em no mínimo em nove e no máximo em catorze semestres.

A nova estrutura curricular está fundamentada na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia. Essa estrutura foi elaborada coletivamente com participação de docentes e discentes do curso, trazendo em seu bojo as seguintes inovações em relação a organização curricular anterior:

a) O Seminário de Introdução à Pedagogia que será ofertado em forma de disciplina para todo o Campus com carga horária de 30 horas. O seminário será realizado e organizado pelos docentes e discentes que integram o curso de Licenciatura em Pedagogia podendo contar também com a colaboração dos docentes e discentes dos demais cursos presentes no Campus. Esta atividade tem como finalidade esclarecer aos alunos sobre os fundamentos teórico-metodológicos do curso, a estrutura da universidade como espaço de ensino, pesquisa e extensão e esclarecimentos sobre as atividades acadêmicas na universidade.

b) A disciplina Leitura e Interpretação de texto com o objetivo de instrumentalizar os alunos em relação leitura e interpretação de texto e incentivar o interesse pela produção textual, atividade essa necessária durante todo o curso.

c) Estágio Curricular Supervisionado, seguindo as orientações das resoluções, foi definido através do grupo de discussão sobre a reformulação desse Projeto, que o mesmo deve ser realizado a partir da segunda metade do curso e deve ser composto por três disciplinas de 150 horas cada uma, totalizando 450 horas. Sendo essas denominadas: Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, Estágio Curricular

Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Estágio Curricular Supervisionado em Gestão dos Processos Educativos.

d) Prática e Pesquisa Educacional composta por três (3) disciplinas denominadas de: Prática e Pesquisa Educacional I; Prática e Pesquisa Educacional II e Prática e Pesquisa Educacional III com carga horária de 60, 90 e 90 horas respectivamente cada disciplina. Essas têm a finalidade de sintetizar e propiciar a prática da pesquisa ao longo do curso, oportunizando a elaboração de um projeto de pesquisa que culmina com a realização do **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**. Este trabalho foi definido pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso que deve ser um trabalho monográfico Individual, observando a norma vigente na Instituição e no Campus. Esses órgãos deliberativos definiram também que para estas disciplinas deve haver **pré-requisito**, ou seja, para cursado e ter sido aprovado na disciplina Prática e Pesquisa Educacional I e assim sucessivamente.

e) Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) são compreendidas como um componente curricular que tem a finalidade de incentivar o aluno a realizar, de forma independente, estudos e práticas que favoreçam o enriquecimento de sua formação, de modo a complementar a formação do estudante. As AACCs possuem carga horária de 100 horas e envolvem o desenvolvimento de atividades tais como monitoria, iniciação científica e extensão, seminários, eventos científicos culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e, opcionalmente, na educação de pessoas com deficiência, na educação do campo, na educação indígena, na educação de remanescente de quilombos, em organizações não governamentais, escolares e não escolares públicas e privadas. O registro das AACCs segue as normas contidas na Resolução 008/06 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPEX.

6.1 Requisitos Legais

6.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)

O currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia foi concebido com a finalidade de proporcionar aos discentes o conhecimento adequado para sua atuação na sociedade.

Nesse sentido, a UESPI, em atenção à Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 e a Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008, contempla em seu currículo os conteúdos da Educação das Relações Étnico-Raciais e as temáticas em relação aos afrodescendentes e povos indígenas nas disciplinas de Sociologia da Educação e Fundamentos Antropológico da Educação e em atividades complementares de projetos de extensão, como também o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia tem na sua grade uma disciplina de História e Cultura Afrobrasileira a qual também contempla as temáticas das referidas resoluções. Essa oferta visa promover a formação do discente egresso do curso de maneira que ele possa proporcionar ao seu educando uma educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil.

6.1.2 Disciplina de LIBRAS

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 e viabilizando seus princípios de educação inclusiva a UESPI oferta a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - em caráter opcional ou obrigatório - conforme legislação, proporcionando uma maior democratização e integração entre os componentes da comunidade educacional da UESPI.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, a disciplina de Libras é ofertada de forma obrigatória no 4º Bloco do Curso.

6.1.3 Políticas de Educação Ambiental

Alinhada à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI integra a Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Para materializar essa ação, os conteúdos das disciplinas básicas e profissionais contemplam a temática ambiental, bem como é incentivada a participação em atividades complementares relacionadas à temática.

No curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI de Piri-piri há uma disciplina obrigatória, para compor a discussão da Educação Ambiental, que deve ser cursada no 5º Bloco do Curso.

6.1.4.A Prática Pedagógica como Componente Curricular

Entende-se por prática tudo aquilo que é realizado fundamentado por uma teoria. Nesse sentido, segundo o Parecer CNE/CP n. 28/2001 a prática como componente curricular “é uma prática que produz algo no âmbito do ensino [...] (BRASIL, 2001c, p. 9)”.

O Parecer CNE/CES n. 15, de 2 de maio de 2005, ressalta ainda que essas atividades podem ser agrupadas e desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas que fazem parte das atividades formativas dos discentes. Contudo, estas devem estar articulada com os estágios e com os trabalhos acadêmicos influenciando dessa maneira na formação da identidade do professor.

Sendo assim, a Prática Pedagógica como componente curricular no curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa está contemplada em toda estrutura curricular, em especial através das disciplinas de Prática Pedagógica, tendo como objetivo propiciar aos alunos as vivências nos diferentes espaços de educação e formas de ensino-aprendizagem, considerando os locais de atuação do profissional pedagogo, caracterizando o contexto e as relações de trabalho na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na gestão dos processos educativos. Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem ser incorporadas, em especial, nas seguintes disciplinas com carga horária definida:

Quadro 2 – Distribuição de carga horária prática por disciplina

Disciplina	Carga horária de prática pedagógica
Didática	15h
Pedagogia e Educação Digital	15h
Políticas Educacionais e Organização da Educação	30h

Básica	
Educação Infantil	15h
Alfabetização	15h
Pedagogia em Espaços Não-escolares	60h
Arte e Pedagogia	15h
Currículo da Educação Infantil	15h
Pedagogia e Educação Especial	15h
Corpo e Pedagogia	15h
Geografia: Conteúdo e Metodologia	15h
História: Conteúdo e Metodologia	15h
Língua Portuguesa: Conteúdo e Metodologia	15h
Matemática: Conteúdo e Metodologia	15h
Ciências da Natureza: Cont. e Metodologia	15h
Prática e Pesquisa Educacional I	40h
Prática e Pesquisa Educacional II	75h
Prática e Pesquisa Educacional III (TCC)	90h
Estágios Curriculares Supervisionados	450h

Portanto, a Prática como componente curricular deve estar presente desde a fase inicial do e durante todo o processo formativo do curso, sob a supervisão e orientação da instituição formadora ocorrendo em diferentes espaços como por exemplo: escolas, secretaria de educação, sindicatos e instituições não escolares.

6.2 Matriz Curricular

PRIMEIRO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Leitura e Produção de Texto	30h			30h
Sociologia da Educação I	60h			60h
História da Educação	60h			60h
Psicologia da Educação I	60h			60h
Metodologia do Trabalho Científico	60h			60h
Filosofia da Educação I	60h			60h
Seminário de Introdução à Pedagogia	30h			30h
TOTAL DO SEMESTRE				360h

SEGUNDO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Fundamentos Epistemológicos Pedagogia	60h			60h
História da Educação Brasileira	60h			60h

Sociologia da Educação II	60 h			60 h
Psicologia da Educação II	60 h			60 h
Fundamentos Antropológicos da Educação	60 h		30h*	60 h
Filosofia da Educação II	60 h			60 h
TOTAL DO SEMESTRE				360h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

TERCEIRO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Movimentos Sociais, as Diversidades e Educação Inclusiva	60 h			60 h
Didática	60h	15h	20h*	75h
Pedagogia e Educação Digital	45h	15h		60h
História e Cultura Indígena e Afrobrasileira	60h			60h
Políticas Educacionais e Organização da Ed. Básica	60 h	30h	15h*	90 h
Ética e Pedagogia	30h			30h
TOTAL DO SEMESTRE				375h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

QUARTO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Teorias de Currículo	60 h			60 h
Educação Infantil	60 h	15h		75 h
Alfabetização	60h	15h	20h*	75h
Pedagogia em Espaços Não-escolares	30 h	60h	30h*	90 h
Libras	60h			60h
Arte e Pedagogia	15 h	15h	15h*	30h
TOTAL DO SEMESTRE				390h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

QUINTO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Lúdico e Pedagogia	30 h			30 h
Geografia: Conteúdo e Metodologia	60h	15 h	30h*	75h
História: Conteúdo e Metodologia	60h	15 h	30h*	75h
Educação de Jovens e Adultos	60h		15h*	60 h
Currículo da Educação Infantil	60h	15 h		75h

Educação Ambiental	30h			30h
TOTAL DO SEMESTRE				345h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

SEXTO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Língua Portuguesa: Conteúdo e Metodologia	60h	15 h	30h*	75h
Matemática: Conteúdo e Metodologia	60h	15 h	30h*	75h
Literatura Infanto-juvenil	60h			60h
Pedagogia e Educação Especial	45h	15h	20h*	60h
Avaliação da Aprendizagem	60h			60h
TOTAL DO SEMESTRE				330h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

SÉTIMO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Estágio Curricular Supervisionada na Educação Infantil		150 h		150h

Ciências da Natureza: Cont. e Metodologia	60h	15 h	30h*	75h
Gestão dos Processos Educativos I	60h			60h
Prática e Pesquisa Educacional I	20 h	40h		60h
TOTAL DO SEMESTRE				345h

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

OITAVO SEMESTRE				
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			TOTAL
	Teórica	Prática	Extensão	
Estágio Curricular Supervisionada no Ensino Fundamental		150 h		150h
Gestão dos Processos Educativos II	60h			60h
Prática e Pesquisa Educacional II	15	75 h		90h
Disciplina Optativa	60h		15h*	60h
TOTAL DO SEMESTRE				360

* A carga horária da disciplina contempla atividades de extensão.

NONO SEMESTRE		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TOTAL

	Teórica	Prática	Extensão	
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão		150 h		150h
Prática e Pesquisa Educacional III (TCC)		90		90h
Corpo e Pedagogia	15h	15h		30h
AACCs				125h
TOTAL DO SEMESTRE				395h

RESUMO	CARGA-HORÁRIA
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.625h
DISCIPLINAS OPTATIVAS	60h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	450h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	125h
TOTAL	3.260
ATIVIDADES DE EXTENSÃO*	330h*

* A carga horária de extensão está contemplada nas cargas horárias das disciplinas a que estão vinculadas, motivo pelo qual não integram o valor total dessa tabela

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA-HORÁRIA
Inglês Instrumental	60h
Educação do Campo	60h

Cultura Brasileira	60h
Pedagogia de Paulo Freire	60h
Sociedade, Educação e Trabalho	60h

6.2.1 Fluxograma

HABILITAÇÕES: EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII	BLOCO IX
Leitura e Produção de Texto 30 h [T:30h]	Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia 60h [T:60h]	Movimentos Sociais, as Diversidades e Educação Inclusiva 60 h [T:60h]	Teorias do Currículo 60 h [T:60h]	Lúdico e Pedagogia 30 h [T:30h]	Língua Portuguesa: Cont. e Metodologia 75h [T:60h+P:15h] (ACE=30h)	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil 150 h [P: 150h]	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental 150 h [P: 150h]	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar 150 h [P: 150h]
Sociologia da Educação I 60 h [T:60h]	História da Educação Brasileira 60 h [T:60h]	Didática [T:60h + P:15 h] (ACE=20h)	Educação Infantil 75h [T:60h+P:15h]	Geografia: Conteúdo e Metodologia 75h [T:60h+P:15h] (ACE=30h)	Matemática: Cont. e Metodologia 75h [T:60h+P:15h] (ACE=30h)	Ciências da Natureza: Cont. e Metodologia 75h [T:60h+P:15h] (ACE=30h)	Gestão dos Processos Educativos II- 60 h [T:60h]	Prática e Pesquisa Educacional III (TCC) 90h [P:90h]
História da Educação 60 h [T:60h]	Sociologia da Educação II 60 h [T:60h]	Pedagogia e Educação Digital 60h [T:45h +P:15h]	Alfabetização 75 h [T:60h+P:15h] (ACE=20h)	História: Conteúdo e Metodologia 75h [T:60h+P:15h] (ACE=30h)	Literatura Infanto-Juvenil 60 h [T:60h]	Gestão dos Processos Educativos I 60 h [T:60h]	Prática e Pesquisa Educacional II 90h [T:15h+P:75h]	Corpo e Pedagogia 30h [T:15h+P:15h]
Psicologia da Educação I 60 h [T:60h]	Psicologia da Educação II 60 h [T:60h]	História e Cultura Indígena e Afrobrasileira 60h [T:60h]	Pedagogia em Espaços Não-escolares 90h [T:60 h+P: 30h] (ACE= 30h)	Educação de Jovens e Adultos 60h [T:60h] (ACE= 15h)	Pedagogia e Educação Especial 60 h [T:45h+P:15h] (ACE=20h)	Prática e Pesquisa Educacional I 60 h [T:20h+P:40h]	Disciplina Optativa 60h (ACE=15h)	AACC'S 125 h
Metodologia do Trabalho Científico 60 h [T:60h]	Fundamentos Antropológicos da Educação 60 h [T:60h] (ACE= 30h)	Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica 90h [T:60 h+P:30h] (ACE= 15h)	Libras 60 h [T:60h]	Currículo da Educação Infantil 75h [T:60h+P:15h]	Avaliação da Aprendizagem 60 h [T:60h]			
Filosofia da Educação I 60 h [T:60h]	Filosofia da Educação II 60 h [T:60h]	Ética e Pedagogia 30h [T:30h]	Arte e Pedagogia 30h [T:15h+P:15h] (ACE=15h)	Educação Ambiental 30h [T:30h]				
Seminário de Introdução à Pedagogia 30h [T:30h]								
360	360	375	390	345	330	345	360	395

Legenda: T = Carga horária Teórica; P= Carga horária Prática; ACE= Carga horária da Atividades de Extensão

6.3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, com as respectivas ementas e bibliografias.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir.

Disciplinas do 1º Semestre

Leitura e Produção de de Texto (30 h) [T:30h]:

Ementa: Linguagem e argumentação. O texto e sua estrutura. Tipos de textos e seus objetivos. A organização micro e macro textual: coesão e coerência. Formulação da introdução, desenvolvimento e da conclusão textual. Técnicas argumentativas. Revisão de noções gramaticais básicas. Elaboração de texto dissertativo.

Competências: Desenvolver os conhecimentos necessários ao processo de produção textual observando as normas da língua padrão.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a biblioteca e o laboratório de informática.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. Língua Portuguesa: prática de redação para estudantes universitários. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2008. 3 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17ª. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas – SP: Pontes, 2011.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábolas, 2008.

MARTINS, D. S, & ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2010 .

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler. São Paulo: Cortez, 2011.

Sociologia da Educação I (60 h) [T:60h]:

Ementa: Introdução às principais teorias e conceitos de sociologia. A relação da sociologia com a educação: a educação como fato social, processo social e reprodução das estruturas sociais. Educação e sociedade no Brasil atual: os desafios da educação e do profissional educador na modernidade.

Competências: Conhecer os principais fundamentos sociológicos e sua aplicação na prática educativa. Compreender a relação do fenômeno educação e a sociedade. Estabelecer conexões entre processos culturais e educação.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, a sala de vídeo e aula de campo em escolas.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. São Paulo, Moraes, 1981.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: RJ: Vozes, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Vozes, 2010.
- FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

História da Educação (60h) [T:60h]:

Ementa: Educação, História e História da Educação: Conceitos, Objetos e Importância. História da Educação e suas Inter-relações para a Compreensão do Fenômeno Educacional. As Origens da Educação: Educação na Antiguidade Oriental, Educação na Antiguidade Clássica, Educação Medieval. A Educação Moderna, a Educação Contemporânea e suas Relações com a Pesquisa.

Competências: Sistematizar conhecimentos sobre as concepções e objetivos da história da educação, suas inter-relações e importância para a compreensão da realidade educacional.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, visitas ao Arquivo Público, museus e patrimônios históricos.

Bibliografia Básica:

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1996.
- _____. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006.
- BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 5. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo, SP; Brasiliense, 2007.
- FILHO, Geraldo Francisco. História geral da educação. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas Históricas da Educação. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.
- LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. 10 ed. Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. Tradução: Gaetano Lo Monaco. São Paulo, SP: Cortez Editora/Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICI, José Luís (Orgs.). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

SOUZA, Neusa Maria Marques de. História da Educação. São Paulo, SP: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. A política. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COMÊNIO, João Amós. Didáctica magna. Tratado da arte universal de ensinar para todos. 3. ed. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Porto, Portugal: Tipografia Bonfim-Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte, MG: HG Edições, 1999.

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR; Caçador: UnC, 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Origens da educação pública. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1981.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.

MAKARENKO, Anton Semiónovitch. Poema pedagógico. Tradução e apresentação de Tatiana Belinky. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, V. 1, 1987.

MAKARENKO, Anton Semiónovitch. Poema pedagógico. Tradução de Tatiana Belinky. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, V. 2, 1986.

MAKARENKO, Anton Semiónovitch. Poema pedagógico. Tradução de Tatiana Belinky. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, V. 3, 1986.

PLATÃO. A república. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Porto, Portugal: Orgal-Orlando, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social e outros escritos. 3. ed. Introdução e tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1925.

_____. Emílio ou da educação. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1992.

Psicologia da Educação I (60h) [T:60h]:

Ementa: A psicologia como ciência; Evolução, histórico a aplicabilidade no contexto educacional; Bases psicológicas do desenvolvimento nas diferentes fases do ciclo vital e suas aplicações no contexto educacional.

Competências: Compreender as contribuições da psicologia no processo educacional durante as diferentes fases do desenvolvimento.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, visitas a instituições de ensino.

Bibliografia Básica:

COLL, C. (Org.). Psicologia do Ensino. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

COLL, C.; MARCHESI, A. & PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia evolutiva. Vol. 1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. São Paulo: Makron Books, 2001.

Bibliografia Complementar

BOCK, A. M. B. Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.

COLL, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação. Campinas – SP: Papyrus, 2004.

PAPALIA, D. OLDS, S. & FELDMAN, R. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCHAFFER, D. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SCHULTZ, D.& SCHULTZ, S. História da psicologia moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Metodologia do Trabalho Científico (60h) [T:60h]:

Ementa: Origem e Evolução da Ciência Moderna e do Trabalho Científico e a Produção do Conhecimento na Universidade. Concepções do Método Científico. Metodologia do Estudo e dos Trabalhos Acadêmicos: Resumo, Fichamento, Resenha, Artigo Científico, Relatório de Pesquisa, Monografia, Dissertação, Tese. Aspectos Formais da Redação Científica e as Normas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para Trabalhos Acadêmicos.

Competências: Desenvolver a habilidade de construir trabalhos de acordo com prática científica que será essencial para desenvolverem trabalhos acadêmicos, como monografia, artigos, resenhas etc.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, laboratório de informática e biblioteca.

Bibliografia Básica:

APOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo, SP: Thomson Learning, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6ª. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo, SP: Atlas, 2001.

CAVALCANTE FILHO, Urbano. **Estratégias de leitura, análise e interpretação de textos na universidade:** da decodificação à leitura crítica. Rio de Janeiro, RJ: Cadernos do CNLF, Vol. XV, N° 5, 2011.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo, SP: Cengage, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo, SP: Cortez, HÜHNE, 2011.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

MIRANDA, Leda (Org.). **Metodologia Científica:** caderno de textos e técnicas. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1992.

Filosofia da Educação I (60h) [T:60h]:

Ementa: Abordagem panorâmica da origem da filosofia: seu objetivo e divisão em períodos históricos. A Natureza da reflexão filosófica. Grandes temas e questões que mais diretamente incidem sobre o educacional: cultura, valores, experiências institucionais; método e conteúdo em educação.

Competências: Compreender as noções básicas de filosofia, provendo conhecimentos e modos de abordagem dos fenômenos educativos, além de uma reflexão crítica acerca de temas educacionais relacionados a área.

Cenário de Aprendizagem: Com a finalidade de alcançar as competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, a biblioteca da IES, e o laboratório de informática

Bibliografia Básica:

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DALBOSCO, Cláudio A.; CASAGRANDA, Edison A.; MÜHL Eldon H. (Orgs). **Filosofia e pedagogia:** aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando:** introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas.** 8ª. ed. São Paulo: ed. Ática, 1999.

GHIRALDELLI, Jr. P. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação.** 6ªed. Petrópolis: EDUCS, 2010.

REALE, Geovani. & ANTISERI, Dario. **História da filosofia.** Vol. 2: Patrística e Escolástica. 3ª ed. S. Paulo: Paulus, 2007.

Seminário de introdução à Pedagogia (30h) [T:30h]:

Ementa: A formação do pedagogo: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (em vigência). Pedagogia, profissão docente e o(a) pedagogo(a): aspectos legais e teóricos do campo de atuação profissional. O Currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (Projeto Pedagógico do Curso - PPC/UESPI). Regimento Geral da Universidade Estadual do Piauí. Resoluções, Portarias e Normativas vigentes sobre o Ensino, Pesquisa e Extensão da UESPI que tenha implicações para o curso de Pedagogia;

Competências: Compreender como se dá a organização do curso de pedagogia, suas diretrizes curriculares e as implicações na formação inicial do pedagogo, bem como as contribuições para a prática profissional nos mais diferentes campos de atuação.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda. (Org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 168p.

MARQUES, Mário Osório. **Formação do profissional da educação**. 5. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2006. 226p. (Coleção Mário Osório Marques, 3

Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia de Piripiri (PPC). (documento em vigência)

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 117p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015 Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 9a. ed. Campinas – SP: Papyrus, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Regimento Geral da UESPI. Disponível em:
<https://uespi.br/wp-content/uploads/2022/05/Resolucao-e-Regimento-da-UESPI.pdf>

Disciplinas do 2º Semestre

Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia (60h) [T:60h] (ACE= 30h):

Ementa: Conceito de Epistemologia. Estatuto epistemológico da Pedagogia. A natureza da Pedagogia. Pedagogia como ciência da educação. O campo investigativo da Pedagogia no Brasil: esboço histórico, bases teóricas e sua relação com outras ciências. O pensamento pedagógico contemporâneo. O Curso de Pedagogia no Brasil: percurso histórico e bases legais. A identidade do Curso de Pedagogia. Contribuições da Pedagogia para a formação e atuação profissional do pedagogo.

Competências: Compreender a Pedagogia como a ciência da Educação com estatuto epistemológico próprio, e suas implicações tanto para a (re)significação da identidade do Curso de Pedagogia no Brasil como para a formação do pedagogo.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus.

Bibliografia Básica:

FRANCO Maria Amélia S. *Pedagogia como ciência da Educação*. 2a ed. São Paulo. Cortez, 2015.

GHIRADELLI JUNIOR, Paulo. *O que é pedagogia*. 5. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento*. 9a. ed. Campinas – SP: Papyrus, 1996.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Trad. Álvaro Lorencini. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2002.

CARVALHO, Adalberto Dias de. Epistemologia das ciências da educação. 4. ed. Porto Portugal: Afrontamento, 2002.

SAVIANI Demerval, Pedagogia histórico-crítica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma G. (Coord.). Pedagogia, ciência da educação? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

História da Educação Brasileira (60h) [T:60h]:

Ementa: História da Educação Brasileira: Conceito, Objeto e Importância. Desenvolvimento do Processo Educacional Brasileiro: as Práticas Educativas, as Ações e as Teorias Pedagógicas e a Organização do Ensino nos Períodos Colonial, Monárquico e Republicano. A Educação Brasileira no Contexto da Contemporaneidade. A Pesquisa em História da Educação Brasileira.

Competências: Sistematizar conhecimentos sobre o processo educacional brasileiro e piauiense, organizando-os nos períodos colonial, monárquico e republicano até o contexto da contemporaneidade e Conhecer a abordagem metodológica da pesquisa histórica e pesquisas relacionadas à História da Educação no Piauí.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, visitas a Arquivo Público, museus e patrimônios históricos.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). São Paulo, SP: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil nos anos 60: o pacto do silêncio. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1985.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

TOBIAS, José Antônio. História da educação brasileira. 3. ed. São Paulo, SP: IBRASA, 1986.

Bibliografia Complementar

FREITAG, Barbara. Escola, estado & sociedade. 7. ed. São Paulo, SP, Centauro, 2005.

GHIRALDELLI JR, Paulo. História da educação brasileira. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. São Paulo, SP: Autores Associados, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. História da educação. São Paulo, SP: Ática, 2007.

Sociologia da Educação II (60h) [T:60h]

Ementa: A educação em sua dimensão social. Sociedade, educação e escola na perspectiva conservadora e na perspectiva crítica. Sociedade, cultura e educação. A educação e as transformações da sociedade.

Competências: Desenvolver conhecimentos básicos acerca das teorias sociológicas clássicas e contemporâneas da educação.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, a sala de vídeo e aula de campo em escolas.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria crítica de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

GALIANI, Claudemir. Educação e democracia. São Paulo: editora Uem, 2009. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

ALVES, G. et al. Trabalho e educação: contradições do capitalismo global. Maringá, PR: Práxis, 2006.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MARTINS, M. F. Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL, 2008.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

Psicologia da Educação II (60h) [T:60h]

Ementa: Teorias do desenvolvimento e da Aprendizagem: Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud; Transtornos do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Origem e evolução da Psicopedagogia e suas estratégias de intervenção.

Competências: Compreender as principais teorias do desenvolvimento e aprendizagem e as contribuições da Psicopedagogia à Educação.

Cenário de Aprendizagem: Sala de aula e visitas a instituições de ensino.

Bibliografia Básica:

BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARRARA, K. Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I.B. (orgs.). Transtornos e dificuldades de aprendizagem:entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

Bibliografia Complementar

COLL, C. e outros. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.Vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artemed; 4. ed. 1992.

SAMPAIO, S. Dificuldades de Aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SANCHEZ, J.N.G. Dificuldades de Aprendizagem e intervenção psicopedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

Fundamentos Antropológicos da Educação (60h) [T:60h] (ACE= 30h):

Ementa: Introdução a ciência antropológica, metodologia, objeto e categorias de análise: conceito social como totalidade das relações de grupo e cultura. Compreensão do social a partir dos caracteres distintivos dos indivíduos de cada grupo, a emergência da cultura e o

estabelecimento de normas sociais. Interlocução entre a sociologia e antropologia: a descoberta da alteridade, da diferença entre os homens, as mulheres e suas culturas; a influência da sociologia como sistematizadora da cultura.

Competências: Enfatizar a importância da Antropologia para compreensão das diversidades culturais, sobretudo, da realidade educacional.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, vídeos e aulas de campo com a finalidade do discente exercitar seu “olhar” de pesquisador e dessa forma desenvolver as competências desejadas no mesmo.

Bibliografia Básica:

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

LAPLANTINE, François. Aprendendo Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Bibliografia Complementar

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. São Paulo: Global Editora, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um Conceito Antropológico. 8.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2008.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SILVA, Vanda. Sertão de jovens: antropologia e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

Filosofia da Educação II (60h) [T:60h]

Ementa: A relação entre educação, filosofia e ideologia mediante reflexão crítica sobre as bases filosóficas, princípios e influências das principais concepções e tendências do pensamento pedagógico. A Filosofia da Educação no Brasil. Ideologia e educação no Brasil. As correntes e tendências da educação brasileira.

Competências: Favorecer a compreensão, a origem e a evolução do pensamento filosófico educacional brasileiro, destacando os aspectos ideológicos à luz das correntes e tendências da educação brasileira.

Cenário de Aprendizagem: Com a finalidade de alcançar as competências desejadas serão proporcionadas aos discentes leituras e debates em sala de aula e participação em mesas redondas nesta IES e em outras.

Bibliografia Básica:

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1986. (pp.)

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capital**. Tradução IsaTavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

DESCARTES, R. **Meditações**. São Paulo: Abril cultura, 1973.

GHIRALDELLI, Jr. P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 14. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

Disciplinas do 3º Semestre

Movimentos Sociais, as Diversidades e Educação inclusiva (60h) [T:60h]:

Ementa: Movimentos Sociais: abordagem conceitual, histórica e educativa das práticas e ações dos movimentos sociais. Caráter político e pedagógico dos movimentos sociais na formação do educador/a. Educação e diversidade cultural: elementos conceituais. Diferença, equidade e diversidades. Diversidades Culturais e Direitos Humanos num contexto de desigualdades sociais. Gênero, raça/etnia, geração, livre orientação sexual e religiosa e suas manifestações no contexto da educação. Interseccionalidade; Educação inclusiva: bases legais, elementos conceituais, fundamentos e princípios; práticas pedagógicas inclusivas; acessibilidade; educação cidadã.

Competências: Compreender, a partir do contexto educacional, as práticas dos movimentos sociais e as diversidades que compõem a sociedade brasileira, possibilitando

conhecimentos teóricos e práticos das variadas formas de luta por educação inclusiva num processo socializador e político de construção da cidadania participativa.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus, escolas e/ou outros espaços educativos.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis-RJ:Vozes, 2008.

DURHAM, Eunice Ribeiro: Movimentos sociais: a construção da cidadania. São Paulo: Novos Estudos, N. 10, 1984.

EVÊNCIO, Katia Maria de Moura Evêncio. Educação Inclusiva: diversos olhares entre teorias e práticas. Curitiba, PR: Appris, 2018.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 10. ed. Paz & Terra, 2020.

OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos (org.). Educação e interseccionalidades. Curitiba : Ed. NEAB UFPR, 2018.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Teoria dos movimentos sociais. Curitiba – PR: InterSaberes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

Bibliografia Complementar:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: Feminismos Plurais. São Paulo, SP: Pólen, 2019. [Série: Feminismos Plurais]

AMATO, Luciano. Diversidade e inclusão: e suas dimensões. Brasil: Literare Books International, 2022. [versão ebook].

CARBONELL, Jaume. A aventura de inovar: a mudança na escola. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo : Boitempo, 2020 [recurso eletrônico]

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação e movimentos sociais: Novos olhares. 2. ed. Campinas, SP: Alínea Editora. 2011.

OLIVEIRA, Iolanda (Org.). Relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A. Appris, 2018.

ORRÚ, Silvia Ester. Re-inventar da inclusão: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2016.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. Das intenções à formação docente para a inclusão: Contribuições do desenho universal para a aprendizagem. Rio de Janeiro: Appris, 2017.

SADER, Éder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SANTOS, B. de S. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: Diversidade, descolonização e redes. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

Didática (75h) [T:60h + P:15 h] (ACE=20h):

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática. A importância da Didática na formação do/a professor/a. Dimensões do processo de ensino-aprendizagem. Planejamento didático: componentes, natureza, formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Competências: Possibilitar a sistematização do conhecimento da didática, destacando os fundamentos epistemológicos e sua importância para o processo de formação do/a professor/a, instrumentalizando-o para exercer a sua docência.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e escolas públicas.

Bibliografia Básica:

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papyrus, 2008.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria F. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2009. 2 _____. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). **Alternativas do Ensino de Didática**. Campinas: Papyrus, 1997.

PIMENTA, Selma G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAN'TANNA, Ilza Martins. **Didática: aprender e ensinar**. São Paulo: Loyola.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de Ensino: por que não?** Campinas: Papyrus, 1991.

Pedagogia e Educação Digital (60h) [T:45h +P:15h]:

Ementa: Visão histórica, características e definições de tecnologias. Educação 4.0. Educação 5.0. Conceitos, concepções e princípios da Educação Digital. Aprendizagem Móvel (m-Learning). Aprendizagem Ubíqua (u-learning) e suas implicações na prática pedagógica. Tendências atuais da tecnologia na educação. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no contexto da Educação Digital. O processo de ensino e aprendizagem mediado pelas TDIC. Competências digitais, midiáticas e informacionais. Desafios da docência para a Literacia digital. Inclusão digital. Ética e direitos digitais. Elaboração e execução de projeto de intervenção em espaços escolares.

Competências: Discutir questões referentes à Educação Digital, mediante a ressignificação das práticas pedagógicas para o cenário da aprendizagem móvel e ubíqua, com vistas a uma formação docente reflexiva e conectada às demandas de letramento digital para a escola do século XXI.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus, laboratório de computação, escolas e/ou outros espaços educativos.

Bibliografia Básica:

BATES, Tony. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. Tradução de João Mattar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. (Coleção tecnologia educacional 8). [livro eletrônico]

GOBBO, André. A quarta revolução industrial e seus impactos na civilização e na educação 4.0: muitas variáveis de uma nova e complexa equação civilizatória. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas – SP: Papyrus, 2007.

MORAN, José Manoel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas – SP: Papyrus, 2014.

SACCOL, A; SCHLEMMER, E; BARBOSA, J. m-Learning e u-Learning: novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011

SAVAONI, Rodrigo Savazoni; COHN, Sergio (org.). Cultura digital.br. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

ZEDINK, Herik. Taxonomia das tecnologias digitais na educação: aporte à cultura digital na sala de aula. Sobral-CE: Sertão Cultural, 2020.

Bibliografia Complementar:

AMANTE, Lúcia. As tecnologias digitais na escola e na educação. Pinhais – PR: Editora Melo, 2011.

ANACLETO, Úrsula Cunha. Tecnologias digitais e (multi)letramentos: inflexões teórico-metodológicas para a formação do professor. Itabuna, BA: Mondrongo, 2020.

BACICH, L; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BIEGING, Patricia et al. Tecnologia e novas mídias: da educação às práticas culturais e de consumo. São Paulo: Pimenta Cultural, 2013.

BUSARELLO, Raul Inácio. Gamification: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.

CARBONELL, Jaume. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

DARLING-HAMMOND, Linda. Preparando professores para um mundo em transformação: o que devem aprender e estar aptos a fazer. Tradução de Cristina Fumagalli Mantovani. Corso - Porto Alegre: Penso, 2019.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Tecnologias digitais na alfabetização: o trabalho com jogos e atividades digitais para aquisição do sistema alfabético e ortográfico de escrita. Belo Horizonte: UFMG / FaE / Ceale, 2018. [recurso eletrônico]

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Tradução de Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

JAUME, Carbonell. A aventura de inovar: a mudança na escola. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

JENKINS, P. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

KENSKI, Vani M. Tecnologia e ensino presencial e a distância. Campinas – SP: Papyrus, 2003.

MARTINS, José Lauro. Efêmero e Incerto: o futuro já chegou. Atena Editora, 2022. [livro eletrônico].

História e Cultura Indígena e Afro-brasileira (60h) [T:60h]:

Ementa: História dos índios (as) brasileiros (as) e piauiense; História da África e dos africanos; Aspectos da história e da cultura negra e indígena; Formação da população negra e indígena brasileira e piauiense; A luta dos negros e dos povos indígenas brasileiro e piauiense; Contribuições da história e da cultura negra e indígena para as áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil e piauiense.

Competências: Desenvolver estudos e reflexão sobre os diferentes pontos de vista, gênero e temáticas das culturas africanas e indígenas e suas contribuições para os contextos mundial, brasileiro e piauiense.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e comunidades quilombolas e indígenas do Piauí.

Bibliografia Básica:

COSTA e SILVA, Alberto. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DEL PRIORE, Mary & VEN NCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GOMES, Heloísa Toller. As Marcas da escravidão. Ri de Janeiro: EDUERJ, 1994.

Bibliografia Complementar:

BANDEIRA, Lourdes. O Eu e o outro na escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola, 2010.

FREITAS, Fátima e Silva de. A diversidade cultural como prática na educação. Curitiba – PR: InterSaberes, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA Jr., Henrique. Educação e afrodescendência no Brasil. Fortaleza: EDUFC, 2008.

HALL, Stuart. Identidade cultural e pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica (90h) [T:60h + P:30h]
(ACE= 15h):

Ementa: Dimensão Política, Filosófica e Histórica da Organização Escolar Brasileira. A Educação na Legislação Básica e Complementar (Constituição da República Federativa do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases, Decretos, Resoluções e Pareceres de Órgãos Normativos da Educação). Conhecimento prático da aplicação da Legislação Educacional Brasileira no Sistema Regular de Ensino. Histórico das Políticas Públicas no Brasil. O Estado e as Políticas Públicas. Políticas de financiamento da Educação Básica: fontes, recursos públicos e legislação. Os programas de descentralização dos recursos para a educação básica. Gestão dos recursos da educação básica.

Competências: Compreender a organização da educação escolar nacional, através da aquisição de conhecimentos teóricos e práticos sobre as principais concepções e normas que orientam a organização e funcionamento da educação básica no Brasil e Piauí. Além de refletir sobre as políticas de financiamento da educação no contexto do projeto político-econômico do estado brasileiro.

Cenário de Aprendizagem:

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República do Brasil, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo, SP: Xamã, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e o papel do estado. São Paulo, SP: Xamã, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2011.

Bibliografia Complementar:

CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo, SP: Xamã, 2008.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. Campinas, SP: Papirus, 2014.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Ética e Pedagogia [T:30h]:

Ementa: Conceito de Ética. Ética e moral. Ética profissional. A Ética na Formação do Educador. Ética e a Transversalidade do Ensino.

Competências: Compreender a dimensão ética da profissão docente com vistas à uma prática educativa humanizada e promotora da formação para a emancipação.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus.

Bibliografia Básica:

CATÃO, Francisco. A pedagogia ética. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.

ESTRELA, Maria Tereza; CAETANO, Ana Paula. (Org.). Ética profissional docente: do pensamento dos professores à sua formação. Lisboa: Educa, 2010

RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e competência. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar:

AMORIM NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. Ética e moral na educação. Rio de Janeiro: Wak, 2009

BICUDO, M. A. Viggiani. Fundamentos éticos da educação. São Paulo: Cortez, 1982.

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ESTRELA, Maria Tereza. Profissão docente: dimensões afectivas e éticas. Porto: Areal Editores, 2010.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele Macedo. A ética, a ética profissional e a educação. Editora CRV, 2018. (Coleção Laços e Enlaces: ética e profissionalização do pedagogo, 1).

Disciplinas do 4º Semestre

Teorias do Currículo (60h): [T:60h]

Ementa: Fundamentação histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Concepções e tendências do currículo no Brasil. Planejamento e avaliação de currículo. A teoria de currículo e pós-modernidade. Base Comum Curricular da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Competências: Proporcionar discussões que analisem as concepções, tendências e práticas de currículo no Brasil.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e visita a escola para conhecimento das propostas curriculares.

Bibliografia Básica:

GOODSON, Ivor. Currículo: Teoria e História. São Paulo: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. Currículo: Território em Disputa. São Paulo: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Base Nacional Comum Curricular

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. 2. Ed. Campinas – SP: Papirus, 1995.

COSTA, Marisa Varraber (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, A.F.B. (Org.). Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

SACRISTÁN, Gimeno J. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. Ed. Porto Alegre: Arte Médica, 2000.

PACHECO, José Augusto. Currículo: teoria e práxis. Lisboa: Porto, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

Educação Infantil (75h) [T:60h+P:15h]

Ementa: Infância, cultura e sociedade. Concepções de infância. Desenvolvimento infantil: aspectos moral, cognitivo, afetivo e motor. Aspectos históricos e legais da Educação Infantil. Funções e objetivos da Educação Infantil. Fundamentos pedagógicos da Educação Infantil. Direitos de Aprendizagem na Educação Infantil. Aprendizagem em campos de experiência na educação infantil: interações, brincadeiras e construções simbólicas. Orientações teórico-metodológicas para a prática pedagógica na educação infantil. Organização do cotidiano na educação infantil: tempos e espaços para a aprendizagem. Avaliação global do desenvolvimento na educação infantil: instrumentos e procedimentos de registro. Projeto de intervenção/extensão em escolas de Educação Infantil.

Competências: Compreender aspectos basilares do processo ensino e aprendizagem na educação infantil a partir do fundamentos teórico-metodológicos que orientam a prática

pedagógica e a organização do cotidiano das interações e brincadeiras no espaço escolar com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem nesta etapa da Educação Básica.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula e no Laboratório de Práticas Pedagógicas do campus, escolas que ofertam educação infantil e/ou outros espaços educativos.

Bibliografia Básica:

CORSINO, Patrícia. Educação Infantil: cotidiano e política. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2009.

KRAMER, Sonia. Infância e educação infantil. 11.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 280p.

OLIVEIRA, Z. M. R et alli. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2011

KUHLMANN Jr., M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BARBOSA, M.C.S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2006.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christine. Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2019.

Bibliografia Complementar:

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GANDINI, Lella [et al.] O papel do ateliê na educação infantil: a inspiração de Reggio Emilia. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Campos Bourscheid. Porto Alegre: Penso, 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 4.ed. São Paulo, SP: Scipione, 2005. 111p.

LÚRIA, A. R. Linguagem e Desenvolvimento Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998

OLIVEIRA, Z.M.R [et al]. Creches: Crianças, faz-de-conta e cia. Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. Linguagem Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na Pré-Escola. São Paulo: Cortez, 2007.

HORN, M.G. S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

HORN, M.G. S. Brincar e interagir na escola de educação infantil. Porto Alegre: Editora Penso, 2017.

FOCHI, P. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre: Editora Penso, 2017.

OSTETTO, L. E. (org.). Registros na Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 2018.

CORSINO, P. (org.) Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2012

OLIVEIRA, Z.M.; MARANHÃO, D; ABBUD, I.; ZURAWSKI, M. P.; FERREIRA, M. V.; AUGUSTO, S. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Editora Biruta, 2016.

Alfabetização (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=20h):

Ementa: A dimensão sócio-histórica e política da alfabetização. Concepções de alfabetização. Alfabetização e letramento. A Psicogênese da língua escrita. Abordagens teórico-metodológicas da alfabetização. Experiências de alfabetização.

Competências: Analisar a dimensão sócio-histórica da alfabetização no Brasil, enfatizando os conceitos de alfabetização e letramento.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e escolas da rede pública de ensino.

Bibliografia Básica:

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.) Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 3 FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1999.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Valeria Amorim (Org.). Alfabetização e Letramento: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2010.

DEL RÉ, Alessandra. Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 2005.

GROSSI, Esther Pillar. Didática da alfabetização. Vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2012.

Pedagogias em Espaços não Escolares (90h) [T:60 h+P: 30h] (ACE= 30h)

Ementa: A atuação do pedagogo em espaços não escolares. Investigação da prática educativa em espaços não escolares. Planejamento, vivência e avaliação de projetos educacionais não escolares.

Competências: Analisar a atuação do pedagogo em espaços não escolares por meio da investigação, elaboração e vivência de projetos educativos que desenvolva competências e habilidades deste profissional em ambientes não escolares.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e espaços de atuação do pedagogo em espaços não escolar.

Bibliografia Básica:

KOCHHANN, Andréa et al. Pedagogia em espaços não-escolares: uma discussão à luz do trabalho pedagógico. Editora Kelps, 2021.

BERNARDINI, Cristina Helena. Práticas pedagógicas e educação para além da escola. São Paulo: Iglu, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos .Pedagogia e Pedagogos, para quê?.11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

PIMENTA, Selma Garrido (Org). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativas. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia de projetos: etapas, papéis e autores. São Paulo: Érica, 2005.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Libras (60h): [T:60h]:

Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: evolução histórica, legislação, cultura e identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Vocabulário básico da língua de sinais: datilologia, números, saudações, pronomes, calendários, adjetivos e verbos básicos.

Competências: Proporcionar subsídios teóricos e práticos que fundamente a atividade docente na área do surdo e da surdez.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras**. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Párbola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

Bibliografia Complementar:

FREMAN, Roger D.; CARBIN, Clifton F.; BOESE, Robert J. **Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LIMA, M.S.C. Surdez. **Bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado).

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Arte e Pedagogia (30h) [T:15h+P:15h] (ACE=15h):

Ementa: Relações entre: cultura, arte e educação. Bases legais do ensino de Arte na escola. Funções e objetivos da arte na educação. Fundamentos teórico-metodológicos da arte-educação; Tipos de linguagens artísticas: corporal, visual, sonora e cênica. As artes visuais (pintura, desenho, modelagem, colagem, fotografia, vídeo etc.) e as atividades expressivas (a música, o teatro e a dança, poesia, etc.) como linguagens do componente curricular de Arte na educação básica. Propostas metodológicas no ensino da arte nas escolas de Educação Básica.

Competências: Compreender os fundamentos teórico-metodológicos do ensino da Arte na escola, bem como suas funções, objetivos e implicações no processo de ensino e aprendizagem.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula, escolas e/ou outros espaços.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

FERRAZ, M. Heloisa. Metodologia do Ensino de Arte: fundamentos e proposições. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez. 2019.

IABELBERG, R. Arte na sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: a língua do mundo. São Paulo, SP: FTD, 1998.

SEBACH, Simone. Arte e Didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZAGONEL, Bernadete (org.). Metodologia do ensino de arte. Curitiba – PR: InterSaberes, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Ana Mãe; COUTINHO, Rejane Galvão Coutinho (org.). Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo, SP: UNESP, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação Contemporânea. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. Brasília: MEC/SEF. 1997.

BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo, SP: EDUC, 2002.

COLI, Jorge. O que é arte? São Paulo. Brasiliense, 1990.

COSTA, Daniel Santos Costa; BASSANI, Tiago Samuel. Arte na educação básica: experiências, processos, práticas contemporâneas. Paco Editorial, 2019.

FERRAZ, Maria Heloisa C. De T.; FUSARI, Maria F. De Rezende e. Arte na educação escolar. Cortez, 2009.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015

MARTINS, Herbert Read. A educação pela arte. Fontes, 2013.

PHORTE, Vea Vecchi. Arte e criatividade em Reggio Emilia: explorando o papel e a potencialidade do ateliê na educação da primeira infância. Phorte Editora: 2017.

Disciplinas do 5º Semestre

Lúdico e Pedagogia (30h) [T:30h]

Ementa: Aprendizagem e afetividade. O papel do lúdico no desenvolvimento humano. O lúdico como forma de linguagem e expressão. Relações entre cultura e ludicidade. Aspectos históricos e conceituais do lúdico e suas relações com a Educação. Implicações pedagógicas do lúdico no processo de ensino e aprendizagem. Conceitos e características de jogo, brinquedo e brincadeira. A história do brincar e do brinquedo. A brincadeira de faz-de-conta, o pensamento simbólico e a estimulação da criatividade infantil. O jogo e a construção da representação infantil. Tipos de jogos. O desenho na Educação Infantil: perspectivas teóricas e orientações metodológicas. Lúdico e Tecnologias: orientações metodológicas para o planejamento pedagógico de atividades mediadas por Tecnologias Digitais. Aprendizagem lúdica com metodologias ativas e gamificação. Elaboração e desenvolvimento de projeto de intervenção/extensão na Educação Infantil e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Competências: Compreender o lúdico como forma de linguagem e elemento didático, analisando o seu papel no desenvolvimento humano e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula, instituições escolares e brinquedotecas ou outros espaços lúdicos.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2009.

BRITES, Luciana. Brincar é fundamental: Como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância. Gente, 2020.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. Perspectiva, 2019.

KSHIMOTO, TizukoMorchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko. (org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Celso. Interações, brincadeiras e valores na educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

- DOHME, V. O Valor Educacional dos Jogos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOPES, Maria da Glória. Jogos na Educação: criar, fazer, jogar. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- MALUF, ngela Cristina M. Brincar, prazer e aprendizado. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MALUF, ACM. Brincar. Prazer e aprendizado. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOYLES, Janet [et al]. A excelência do brincar. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MOREIRA, Luciano; BLIKSTEIN, Paulo. Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem. Penso, 2019.
- PILLAR, Analice Dutra. Desenho e escrita: como sistemas de representações. 2. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. A Ludicidade como ciência. Petrópolis– RJ: Vozes, 2001.
- SOUZA, Claudenice Costa de. Ludicidade: jogos e brincadeiras de matemática para a educação infantil. Curitiba, PR: Appris, 2016.
- SANTOS, S M P dos. Lúdico na Formação do Educador. Petrópolis: Vozes, 2008

Geografia: Conteúdo e Metodologia (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=30h):

Ementa: Ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concepções de geografia. Conteúdo, metodologia e recursos didáticos adequados ao ensino da geografia. O ensino de geografia e o livro didático. Base Nacional Comum Curricular de Geografia. Planejamento e avaliação no ensino de Geografia (Projetos didáticos).

Competências: Fomentar a análise reflexiva perante o conteúdo e metodologia de geografia numa perspectiva crítica visando a compreensão do arranjo espacial, da produção de significados coletivos, culminando com a elaboração de projetos didáticos em Geografia.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula; escolas públicas e aula de campo em parque, sítios arqueológicos etc.

Bibliografia Básica:

- NIDELCOF, Maria Tereza. As ciências sociais na Escola. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CACETE, Nuria Hanglei; PAGANALLI, Tomoko Lyda; PONTUSCHKA, Nidia Nacib. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA, U. Arilado. Para onde vai a geografia? São Paulo: Cortez, 1990.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, H.; PASSINI, E. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. Secretaria de Educação Fundamental e Médio. MEC/SET, Brasília, 1997.

CAVALCANTE, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas – SP: Papyrus, 2012.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. Geografia, política e cidadania. Ass. dos Geógrafos. 1996.

PENTEADO, H. Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2009.

História: Conteúdo e Metodologia (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=30h):

Ementa: Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino fundamental. Caracterização do Ensino de História e o Livro Didático. Conteúdo, Metodologia e Recursos Didáticos Adequados ao Ensino de História. Base Nacional Comum Curricular de História. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino de História (Projetos e Planos Didáticos, Aulas).

Competências: Fomentar análise reflexiva frente ao conteúdo e metodologia do ensino de história nas séries iniciais numa perspectiva crítica, visando a compreensão do homem no tempo histórico.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula; escolas públicas e aula de campo em parque, sítios arqueológicos etc.

Bibliografia Básica:

BALDIN, Nelma. A história dentro e fora da escola. Florianópolis, SC: Editora da UFSC. 1998.

BEZERRA, Hollien Gonçalves. Ensino de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, prática e proposta. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e ensino da história. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. São Paulo, SP: Cortez, 1989.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e ensinar história. Belo Horizonte, MG: Dimensão, 2009.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. Ed. rev. e atualizada. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

Educação de Jovens e Adultos (60h) [T:60h] (ACE= 15h):

Ementa: Visão histórica, social e ideológica do analfabetismo no Brasil. Estudos dos princípios legais e pedagógicos das práticas formais e não formais para a Educação de Jovens e Adultos. As políticas públicas para a efetivação da EJA no Brasil. Fundamentos teórico-metodológicos para a EJA.

Competências: Compreender as políticas e práticas para a educação de jovens e adultos no Brasil, discutindo sobre a problemática histórica, social e ideológica do analfabetismo no Brasil.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e escolas que tenham essa modalidade de ensino (EJA) da rede pública.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Educação de jovens e adultos (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A; 2009.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 2013.

BARCELOS, Valdo. Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas. São Paulo: Vozes, 2010.

FUCK, Irene Terezinha. Alfabetização de Adultos: relato de uma experiência construtivista. Petrópolis: Vozes, 2012.

PINTO, Álvaro Pinto. Sete lições sobre educação de adultos. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos: O que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Currículo da Educação Infantil (75h) [T:60h+P:15h]:

Ementa: O currículo na educação infantil: conceitos e tendências pedagógicas. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI), Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC). Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Normativas dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação sobre a organização curricular da Educação Infantil. O Currículo Referência do Piauí para a Educação Infantil. Currículo e planejamento na educação infantil. Orientações teórico-metodológicas sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP). Análise de PPP de escolas que ofertam Educação Infantil. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção pedagógica na Educação Infantil.

Competências: Compreender, a partir de aspectos teóricos e metodológicos, como ocorre a organização curricular da Educação Infantil, bem como suas implicações para a organização da prática pedagógica em campos de experiência que assegurem os direitos de aprendizagem a partir de interações e brincadeiras no cotidiano escolar.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus, Laboratório de Práticas Pedagógicas Maria Montessori, escolas de Educação Infantil e outros espaços educativos.

Bibliografia Básica:

ARRIBAS, Teresa LLeixà [et al.] . Educação infantil: Desenvolvimento, currículo e organização curricular. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles [et al.]. Currículo na Educação Infantil - Coleção Percursos. Paulo, SP: Scipione, 2008.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da Silva [et al.]. Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico Da Escola: uma Construção Possível. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar:

BASSEDAS, Eulalia (Org.). Aprender e Ensinar na Educação Infantil. São Paulo: Artmed, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2006.

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p. : il

COSTA, Marisa Vorraber (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2005.

GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, Dianne Widmeyer. O Cuidado com bebês e as crianças pequenas na creche. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRAMER, Sonia Kramer (org.). Infância e Educação Infantil. Campinas – SP: Papirus, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O trabalho do professor na educação infantil. 3. ed. (2ª reimpressão). São Paulo: Biruta: 2022.

OSSETTO, Luciana E. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação. 12. ed. (reimpressão). Campinas – SP: Papirus, 2022.

PAULA, Déborah Helenise Lemes De. PAULA, Rubian Mara de. Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições. Editora Curitiba, PR: Intersaberes Ltda, 2016. (Série Processos Educacionais)

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde (org.). Os Fazeres na Educação Infantil. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V. 1. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V. 2. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V. 3. Brasília, 1998.

Educação Ambiental (30h) [T:30h]:

Ementa: conceito e Origem da Educação Ambiental. Estratégias para o Desenvolvimento da Educação Ambiental Formal e Informal. O Estudo do Meio Ambiente na Base Nacional Comum Curricular. O livro Didático e sua Contribuição para o Estudo e Compreensão do Meio Ambiente. Conservação e Preservação: Análise de Experiências Educacionais Ambientais do Meio Ambiente.

Competências: Compreender os conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação, para a formação de cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo práticas cidadãs.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula; escolas públicas e aula de campo em parque, sítios arqueológicos etc.

Bibliografia Básica:

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2003.

GUTIÉRREZ, F., PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação social. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, USP, 2000.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 3. ed. Editora Vozes, Rio de Janeiro, RJ: 2001.

BRASIL. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza–SNUC. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

SACHS. I. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, RJ. SEBRAE, 2004.

Disciplinas do 6º Semestre

Língua Portuguesa: Conteúdo e Metodologia (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=30h):

Ementa: Fundamentos Teóricos – metodológicos e legais para o ensino da Língua Portuguesa. A fala, a leitura, a escrita e a análise linguística como prática de sistematização do conhecimento linguístico. Conteúdos específicos para o ensino da Língua portuguesa. Modalidades didáticas adequadas ao ensino da língua portuguesa. Base Nacional Comum Curricular para a Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação no processo de ensino da Língua Portuguesa (projetos didáticos).

Competências: Conhecer os aspectos legais, curriculares, metodológicos e avaliativos que embasam o ensino da Língua Portuguesa, analisando à luz das teorias, a prática educativa no ensino fundamental para o desenvolvimento crítico e criativo da criança e adolescente.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e escolas públicas de ensino.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Angela. Metodologia de Ensino: Língua Portuguesa. Belo Horizonte. MG: Lê, Fundação Helena Antipoff, 1997 (col. Apoio)

GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia do ensino da língua portuguesa. Curitiba – PR: InterSaberes, 2012.

ILARI, Rodolfo. A linguística e o ensino da Língua Portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Maria Helena. Questões de linguagem. São Paulo: Contexto, 1991.

GERALDI, João Vanderley. O texto na sala de aula. Cascavel-PR: Assoeste, 1985.

SUSSANA, Livia. Ensino de Língua portuguesa: uma abordagem pragmática. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

SOARES, Magda Becker. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17^a. ed. São Paulo: Ática, 2008.

FARIA, Maria Alice; ZANCHETTA, Juvenal. Para ler e fazer o jornal na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2011.

Matemática: Conteúdo e Metodologia (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=30h):

Ementa: O ensino de matemática nos anos iniciais do ensino Fundamental. Caracterização do ensino de matemática. Conteúdo, recursos e modalidades didáticas adequadas ao ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Planejamento e avaliação da aprendizagem no ensino de matemática. Construção/manuseio de materiais didáticos e sua articulação com os conteúdos específicos da matemática. Base Nacional Comum Curricular do ensino de matemática.

Competências: Proporcionar estudos e discussões sobre o ensino e a metodologia da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, escolas públicas de ensino e brinquedoteca

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Dione Luchei de. Metodologia do ensino da matemática. São Paulo: Cortez, 2002.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática. São Paulo: Ática, 2003.

RANGEL, A.C.S. Educação matemática e a construção do número pela criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Bibliografia Complementar:

CARRAHER, Teresinha et al. Na vida dez, na escolar zero.4 ed. São Paulo: Cortez, 1990.

CURI, EDDA. A Matemática e os professores dos anos iniciais. São Paulo: Musa, 2005.

KAMMI, Constance. A criança e o número. São Paulo: Papyrus, 2007.

NARACATO, Adair Mendes. Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. São Paulo: Autêntica, 2011.

ROSA, Ernesto. Didática da matemática. 12^a. ed. São Paulo: Ática, 2010.

Literatura Infanto-Juvenil (60h) [T:60h]

Ementa: Origem da literatura infanto juvenil no mundo e no Brasil. Conceitos e importância da literatura infanto juvenil. As diferentes correntes literárias. Diversidade de gêneros literários: poesia, romance, conto, peça teatral, história em quadrinhos, etc. Técnicas e métodos de ensino favoráveis à formação do leitor. Critérios para se trabalhar a literatura infanto juvenil.

Competências: Proporcionar estudos e reflexões sobre a importância da Literatura Infanto juvenil, estabelecendo as relações entre a mesma e ação pedagógica.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, brinquedoteca, bibliotecas e salas de aula das escolas públicas.

Bibliografia Básica:

COELHO, Nelly Novaes. A literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2002.

CUNHA, Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil: história & histórias. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

CADEMARTORI, Ligia. O que é literatura infantil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAVALCANTI, Joana. Caminhos da Literatura Infantil e Juvenil. São Paulo: Paulus, 2002

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2006.

FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rosa. Literatura infantil voz de criança. Séries Principio. São Paulo: Ática, 1986.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 7. ed. São Paulo: Global, 2006.

Pedagogia e Educação Especial (60h) [T:45h+P:15h] (ACE=20h):

Ementa: Fundamentos históricos, legislação e estrutura geral da Educação Especial e inclusiva no Brasil. Princípios norteadores da educação especial e inclusiva. Abordagens teóricas da Educação Especial e inclusiva. Público-alvo da Educação Especial.

Deficiências, transtornos e Altas Habilidades/superdotação: conceitos, classificações e estratégias didáticas para a inclusão escolar. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola. As adaptações curriculares, estruturais e o projeto pedagógico da escola na perspectiva da inclusão: o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). Tecnologias Assistivas no processo de ensino e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial. Estratégias para o trabalho pedagógico: avaliação para a aprendizagem inclusiva. Vivência em espaços escolares com oferta de AEE.

Competências: Compreender os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, bem como seus princípios, objetivos e implicações no processo de ensino e aprendizagem com vistas à uma prática pedagógica inclusiva que valorize as potencialidades do seu público-alvo e estimule, por meio das adaptações curriculares, o desenvolvimento/ampliação de habilidades imprescindíveis ao desenvolvimento integral dos educandos que dela fazem parte.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula, escolas e/ou outros espaços educativos.

Bibliografia Básica:

BORGES, Carline Santos. Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva. Appris Editora, 2020.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

COLL, César [et al.]. Desenvolvimento psicológico e educação. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

(Série Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais;

v. 3)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista (org.) Todos pela inclusão escolar: dos fundamentos às práticas. CRV, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos Martins. História da Educação de Pessoas com Deficiência: da Antiguidade ao início do Século XXI. Editora Mercado de Letras, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BARBOSA, Vânia Benvenuti Barbosa. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado. Produto Educacional (PEI). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Rio Pomba, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>

Brasil. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União 2009; 26 ago.

Diniz D. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense; 2012.

GOMES, Robéria Vieira Barreto [et al.]. Educação inclusiva e educação especial: perspectiva na aprendizagem escolar. Fortaleza- CE: Imprece, 2019.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSCHE, Márcia Denise; HOSTIN, Regina Célia Linhares. Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2019.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Políticas e práticas em educação especial e inclusão escolar [recurso eletrônico]. Curitiba: Íthala, 2021.

ORRÚ, Silvia Ester. Re-inventar da inclusão: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2016.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de. (orgs.). Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

POKER, Rosimar Bortolini [et al.]. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.

SONZA, Andréa Polleto; SALTON, Bruna Polleto; AGNOL, Anderson Dall. Reflexões sobre o Currículo Inclusivo (Orgs). Bento Gonçalves: IFRS, 2018.

SOUSA, Ivan Vale de. Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas. Paco, 2019.

Avaliação da Aprendizagem (60h) [T:60h]

Ementa: A avaliação escolar no contexto do sistema educacional brasileiro. Aspectos legais da avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação. Tipos, funções e elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem. Análise das implicações da avaliação da aprendizagem no processo educativo. Avaliações em Larga Escala.

Competências: analisar as abordagens teóricas metodológicas da avaliação, suas técnicas, instrumentos, suas contribuições e limitações para o processo ensino e aprendizagem.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e escolas municipais.

Bibliografia Básica:

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação educacional em três atos. 2. ed. SP: Editora SENAC São Paulo, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação. Campinas – SP: Autores Associados, 2010.

GODOI, Elisandra Girardelli. Avaliação na educação infantil: um encontro com a realidade. Porto Alegre: Mediação, 2006.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara.. Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 20. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Disciplinas do 7º Semestre

Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil (150h) [P: 150h]:

Ementa: Docência na Educação Infantil: reflexões teóricas. Fundamentos, Concepções e Aspectos Legais sobre estágio supervisionado na formação do professor. Orientações didáticas para o planejamento de ensino na Educação Infantil. O estágio como pesquisa e formação do professor. Instrumentos orientadores para a realização do estágio na Educação Infantil. Observação do tempo/espaço na Educação Infantil. Atividades de ensino orientadas e supervisionadas na Educação Infantil. Socialização da experiência vivenciada no estágio.

Competências: Vivenciar a prática docente na Educação Infantil, por meio de atividades de ensino orientadas e supervisionadas, refletindo sobre o estágio na formação inicial enquanto mediador da construção identitária do professor.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do Campus, e escolas públicas que ofertem educação infantil.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Raimundo Dutra de.; ARAÚJO, Neuton Alvez de. Estágio Supervisionado: Configurações e análises na formação de professores. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020. (E-book - Coletânea digital Educação.com, v. 5).

GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de Almeida. Estágio com pesquisa. Cortez, 2018.

MENDEL, Cássia Ravena Mulin de A. Educação infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. Ed. revista, atualizada e ampliada. Cortez, 2017.

ZANATA, Marques; FIALHO, Vera Lúcia Messias Capellini(org.). A prática de ensino e o estágio curricular supervisionado no curso de Pedagogia: desafios e possibilidades. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2018.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de; JULIASZ, Paula C. Strina. Espaço e tempo na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2014.

ARCE, Alessandra. Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins da infância. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

AROEIRA, Maria Luiza. Didática da pré-escola: vida, criança, brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/EF, 1998.

LATERMAN, Ilana; AGOSTINHO, Kátia Agostinho (org.). Perspectivas do estágio curricular na formação docente: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Florianópolis : NUP, 2017.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

Ciências da Natureza: Conteúdo e Metodologia (75h) [T:60h+P:15h] (ACE=30h):

Ementa: Introdução à epistemologia das Ciências Naturais. Características, princípios filosóficos e metodológicos do ensino das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.. Evolução das ciências naturais. Conteúdo, metodologia e recursos didáticos adequados ao ensino das Ciências Naturais nos anos iniciais do ensino Fundamental. A didática nas ciências naturais (Planejamento e avaliação). Base Nacional Comum Curricular para o Ensino de Ciências.

Competências: Conhecer os conteúdos, as metodologias e os recursos didáticos adequados ao ensino das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula das escolas e laboratório de Ciências

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências. 2a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Roque. Ciências nas séries iniciais e alfabetização. Porto Alegre: Sagra. DC. Luzzato, 1992.

PRETTO, Nelson de Luca. A ciência nos livros didáticos. Campinas: Unicamp, 1985.

Bibliografia Complementar:

CANIATO, Rodolpho. Com ciências na educação. Campinas – SP: Papyrus, 1989.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1998.

ESPINOZA, Ana Maria. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. São Paulo: Ática 2010.

FRACALANZA, Hilário. O ensino de ciências no 1º grau. São Paulo: Atual, 1996.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Gestão de Processos Educativos I (60h) [T:60h]:

Ementa: Conceitos de Gestão, Gestão Escolar, Organização e Cultura Organizacional. Teorias que Fundamentam a Gestão Escolar. Princípios Legais, Organizacionais e Éticos da Gestão Escolar. A Organização do Trabalho Escolar. Relações Interpessoais no Trabalho da Escola.

Competências: Compreender os pressupostos teóricos metodológicos da organização e gestão escolar situando as formas de gestão no contexto macroeducacional.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e ambientes administrativos da escola pública.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Márcia ngela da S. e FERREIRA, Naura Syria (Orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

CORREA, Bianca Cristina e GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo, SP: Xamã, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. 2. Ed. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

Bibliografia Complementar:

ASTOS, João Batista (Orgs.). Gestão democrática. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

LUZ, Liliene Xavier. Conselhos escolares: cidadania, participação e gestão democrática na educação. Teresina, PI: EDUFPI, 2000.

PARO, Victor Henrique. Administração escolar: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

PARO, Victor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo, SP: Ática, 2000.

SOUZA, Paulo Nathanael P. de e SILVA, Eurides Brito da (Coords.). Educação: escola-trabalho. São Paulo: Pioneira, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

Prática e Pesquisa Educacional I (60h) [T:20h+P:40h]:

Ementa: A pesquisa em educação. A prática docente e a pesquisa. Tipos de pesquisa: quanto a natureza, procedimentos, objetivos e fonte. O projeto de pesquisa e seus elementos. Elaboração do projeto de pesquisa com vista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia).

Competências: Trabalhar os enfoques teóricos da pesquisa em educação, compreendendo os espaços de acesso à pesquisa educacional. Elaborar o projeto de pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula, a biblioteca e laboratório de informática.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Menga. O professor e a pesquisa. Campinas – SP: Papirus, 2014.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas – SP: Autores Associados, 2007.

FAZENDA, Ivani (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas – SP: Papirus, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas – SP: Papirus, 2004.

Disciplinas do 8º Semestre

Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental (150h) [P: 150h]:

Ementa: Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões teóricas. Fundamentos, Concepções e Aspectos Legais sobre estágio supervisionado na formação do professor. Relação teoria/prática no estágio supervisionado. Organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Orientações didáticas para o planejamento de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Instrumentos orientadores para a realização do estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação do tempo/espaço no campo de estágio. Atividades de ensino orientadas (regência) e supervisionadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Socialização da experiência vivenciada no estágio.

Competências: Vivenciar a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de atividades de ensino orientadas e supervisionadas, visando tanto a ampliação do repertório de competências e saberes profissionais inerentes a docência nesta etapa da Educação Básica, como a reflexão sobre o estágio curricular enquanto formação e aprendizagem da/para/na docência.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula do Campus, e Escolas Públicas que ofereçam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

AROEIRA, Kalline Pereira Aroeira; PIMENTA, Selma Garrido. Didática e Estágio. Curitiba, PR: Appris, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos).

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Raimundo Dutra de. O Acompanhamento do estágio supervisionado na formação docente: concepções e condições de trabalho dos supervisores. Curitiba, PR: CRV, 2016

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. A prática de ensino e o estágio supervisionado na formação do professor. Campinas, SP: Avercamp, 2014.

PICONEZ, Stela C. Berhtolo. A prática de ensino e o Estágio Supervisionado. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. 147

SOUSA, Karla Cristina Silva [et al.]. O estágio supervisionado: experiências descoloniais. São Luís: EDUFMA, 2019.

ZANATA, Marques; FIALHO, Vera Lúcia Messias Capellini(org.). A prática de ensino e o estágio curricular supervisionado no curso de Pedagogia: desafios e possibilidades. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2018.

Gestão dos processos Educativos II (60h) [T:60h]:

Ementa: Gestão Democrática da Educação. A Formação do Pedagogo e sua Participação no Planejamento Participativo na Escola. Avaliação Institucional do Sistema Educacional. Instrumentos de Organização e Orientação da Gestão Escolar. Conselho Escolar: Princípios, Características, Competências e sua Relação com os Sistemas Federal, Estaduais e Municipais de Educação.

Competências: Sistematizar conhecimentos acerca da gestão escolar envolvendo os processos de planejamento, elaboração de planos e projetos, bem como os processos avaliativos; Refletir sobre concepções e práticas da gestão democrática.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula e espaços de gestão escolar.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo, SP: Loyola, 2014.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GAMERASCA, Maristela; GANDIN, Danilo. Planejamento participativo na escola: o que é e como se faz? São Paulo, SP: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

DALMÁS, ngelo. Planejamento participativo na escola. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1996.

PARO, Vítor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 12 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

RANGEL, Mary. (Org.). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas, SP: Papirus, 2009.

SOUZA, Silvana A. de. Gestão compartilhada: democracia ou descompromisso? São Paulo, SP: Xamã, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 Ed. Papirus, 2002.

Prática e Pesquisa Educacional II (90h) [T:15h+P:75h]:

Ementa: Revisão e elaboração do referencial teórico do TCC. Comitê de Ética em Pesquisa. Elaboração e validação dos instrumentos de coleta dos dados. Coleta dos dados da pesquisa. Retomada dos aspectos formais da redação científica e as normas da ABNT para estruturação/elaboração do TCC.

Competências: Analisar os aspectos teórico-práticos relacionados aos fundamentos e as bases epistemológicas técnicas e heurísticas do processo de construção dos conhecimentos e da produção de trabalhos científicos. ; Elaborar e aplicar instrumentos de coletas de dados .

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula, biblioteca e laboratório de informática.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas – SP: Papyrus, 2004.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Aidilde Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marlie E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

SANTOS, Clóvis Roberto; NORONHA, Rogéria Toler da Silva de. Monografias científicas: tcc, dissertação, tese. São Paulo: Avercamp, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplinas do 9º Semestre

Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar (150h) [P: 150h]:

Ementa: O Processo de Organização e Administração da Escola na Educação Básica e suas Modalidades. O Processo de Planejamento Educacional e de Planejamento Escolar no âmbito da Educação Básica e suas Modalidades em Espaços Escolares e Não-escolares. O Planejamento, Execução e Avaliação de Planos, Projetos dos Processos de Gestão Educativos. Experiência em Gestão dos Processos Educativos.

Competências: Vivenciar e avaliar os procedimentos da gestão escolar, considerando os aspectos administrativos, pedagógicos, materiais e financeiros, bem como a prática do planejamento e administração educacional formal e não formal.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula e espaços de gestão escolar pública.

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de F.; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2006.

LIB NEIO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2012.

LIMA, G. S. N. & COLARES, M. L. I. S. Estágio supervisionado em gestão escolar: relato de experiência. Ensino Em Perspectivas, 2(4), 1–8, 2021.

LÜCK, Heloisa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2009.

Bibliografia Complementar:

MACHADO, Lourdes Marcelino (Coord.); MAIA, Graziela Zambão Abadia (Org.). Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos et. al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010 (Coleção Docência em Formação/Coordenação Joaquim Severino, Selma Garrido).

PRADO, E. C. Estágio na licenciatura em Pedagogia: gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

RANGEL, Mary (Org.). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

SANTOS, I. M. dos; PRADO, E. C. do. A formação do professor–gestor: reflexões à luz do estágio curricular nos cursos de Pedagogia, Revista Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, PI, Ano 23, dez., 2018.

Prática e Pesquisa Educacional III (90h) [P:90h]:

Ementa: Análise dos dados da pesquisa de campo. Conclusão da redação e apresentação do TCC.

Competências: Desenvolver estratégias teórico-metodológicas para conclusão e apresentação do TCC.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula e auditório

Bibliografia Básica:

BARROS, Aidilde Jesus Paes de. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas – SP: Papyrus, 2004.

REIS, Linda G. Produção de monografia: da teoria à prática – o método educar pela pesquisa (MEP). Brasília-DF: Senac, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Aidilde Jesus Paes de. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FERREIRA, Gonzaga. Redação Científica: Como entender e escrever com facilidade. São paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. 2ªedição. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Kelma Socorro Lopes; VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza- CE: Edições Demócrito Rocha/UECE, 2001.

Corpo e Pedagogia (30h) [T:15h+P:15h]

Ementa: O Estudo da Gênese da Psicomotricidade. O Conhecimento do Corpo e o Desenvolvimento Psicológico da Criança. O Processo de Desenvolvimento Maturacional da Criança e suas Relações com as Atividades Físicas Escolares. Pedagogia do Movimento na Escola de Primeira Infância e de Segunda Infância e sua Aplicação Prática.

Competências: Compreender o corpo em sua totalidade, integrando a sua dimensão expressiva (corpo que pensa, sente e simboliza) com a físico orgânica (corpo material constituído de órgãos).

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e escola com área aberta para o desenvolvimento de atividades motoras e psicomotoras apreendidas pelos alunos do curso.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação física. Brasília, DF: Ministério da Educação/SEF, 2000.

CAMARGO, Daiana. O brincar corporal na educação infantil: reflexões sobre o educador, sua ação e formação. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2014.

FONSECA, Vítor. Psicomotricidade, psicologia e pedagogia. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1988.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 3. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2010.

SANTOS, Rosângela Pires. Psicomotricidade. São Paulo, SP: @editora, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. (Org.). Metodologia do ensino da educação física. Coletivo de Autores. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

CELANO, Sandra. Corpo e mente na educação, uma saída de emergência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HENKEL, Queila Martins e ILHA, Phillip Vilanova. Parâmetros curriculares nacionais – educação física: sua influência no planejamento das aulas nos anos iniciais do ensino fundamental. In Revista Biomotriz, v. 10, n., 01, Jul./2016, pp. 136-150.

HURTADO, Joann G. G. Melcherts. O ensino da educação física: uma abordagem didático-metodológica. 3. ed. Porto Alegre, RS: Prodil, 1988.

MATTOS, Mauro Gomes de. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. Guarulhos, SP: Phorte Editora, 2008.

ZAGONEL, Bernadete. Brincando com música na sala de aula: jogos de criação musical usando a voz, o corpo e o movimento. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2012.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Inglês Instrumental: (60h) [T:60h] (ACE=15h)

Ementa: Leitura e compreensão de textos acadêmicos escritos em inglês. Estratégias de leitura e estruturas básicas da língua inglesa necessárias à interação autor-texto leitor. Técnica e prática de elaboração de resumos em português de textos acadêmicos escritos em inglês.

Resumo como estratégia de compreensão de textos. Estrutura retórica de textos acadêmicos.

Competência: Fornecer ferramentas para compreensão de textos em língua inglesa.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

AMOS et al. Challenge. São Paulo: Moderna, 2005.

CRAVEN, M. Reading Keys – Introducing. Thailand: Macmillan, 2003.

FLORI SOUZA et al. Leitura instrumental em língua inglesa. Londrina: Planográfica, 2003.

Bibliografia Complementar

GUANDALINI, E. Otávio. Técnicas de Leitura em Inglês. São Paulo: Texto novo Editora, 2002.

MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Texto novo, 2003. Módulo 1.

MUNHOZ, R. Inglês instrumental : estratégias de leitura. São Paulo: Texto novo, 2003. Módulo 2.

OLIVEIRA, N. A. Para ler em inglês: desenvolvimento da habilidade de leitura. Belo Horizonte: O lutador, s.d.

TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa: O Inglês Descomplicado. 10 Ed. Reformada. São Paulo: Saraiva, 2007.

Educação do Campo: (60h) [T:60h] (ACE=15h)

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da educação do campo no Brasil. As contribuições da educação popular à Educação do Campo. Fundamentos teóricos e político-pedagógicos da Educação do Campo. Políticas de Educação do Campo no Brasil. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo. Desafios das práticas educativas em escolas do campo.

Competência: Compreender os fundamentos teóricos e metodológicos da Educação do Campo, situando-a em suas dimensões históricas, legais, filosóficas e pedagógicas com vistas à reflexão sobre a prática pedagógica nas escolas do campo.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula do Campus e escolas que ofereça, Educação do Campo

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Editora Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete [et al.]. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.2012.

KOLLING, E.J., NERY. E MOLINA, M. C. (org.) Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 01).

PISTRAK, Moisey M. (ORG.). A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

SOUZA, Antônio José de Souza; SOUZA, Heron Ferreira Souza (org.). Educação no/do campo: entre o concebido, percebido e vivido. Curitiba, PR: CRV, 2020.

WRUBLEVSKI, Bernardate Aued (et.al – org.). Temas e problemas no ensino em escola do campo. São Paulo: Expressão Popular.2012.

Bibliografia Complementar:

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. 3 ed. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Série Brasil cidadão).

KOLLING, E.J., NERY. E MOLINA, M. C. (org.) Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 01)

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas – SP: Alínea Editora. 2010.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C. (org.). Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Cultura Brasileira: (60h) [T:60h] (ACE=15h)

Ementa: Significados e dinâmicas da Cultura Brasileira. Estudos antropológicos sobre Cultura Brasileira. Conceitos de Cultura Brasileira. Artes no Brasil. Literaturas no período colonial e contemporâneo. Cultura popular e folclore. Comunicação de massa.

Competência: Explorar criticamente os aspectos da configuração sociocultural brasileira através de debates atuais.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula do Campus, museus, bibliotecas públicas, casas de cultura locais.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos,
FREIRE, Paulo Educação como Prática da Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO Darcy, O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 2006

Bibliografia Complementar:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOUREIRO, R. Indústria Cultural e educação em tempos pós-modernos. Campinas, São Paulo. Papirus, 2003.

SANTOS, J.L. O que é cultura. 16ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2006.

SILVEIRA, Rosa M. Hessel (Org.). Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas, RS : Editora da ULBRA, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese Histórica da Cultura Brasileira: Primeira, Fase, Segunda Fase. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Pedagogia de Paulo Freire: (60h) [T:60h] (ACE=15h)

Ementa: Vida e obra de Paulo Freire. Concepção de homem, de mundo e de Educação para Paulo Freire. Cultura e saber popular. Politicidade da educação. O diálogo e a importância da palavra. A conscientização como finalidade última da educação. Pedagogia do oprimido e educação bancária. Pedagogia da autonomia e pedagogia da esperança. Os pressupostos da concepção de educação libertadora. A reflexão crítica sobre a prática pedagógica. As relações entre docência e discência. O homem como produtor de cultura.

Competência: Refletir sobre a contribuição de Paulo Freire na educação brasileira.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 36a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo.. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. Pedagogia: diálogo e conflito. São Paulo: Autores Associados, 1985.

GADOTTI, Moacir. Um legado de esperança. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Ana Inês (org.). Paulo Freire: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Sociedade Educação e Trabalho: (60h) [T:60h] (ACE=15h)

Ementa: As relações sociais enquanto processo contraditório numa perspectiva de centralidade do trabalho. O conceito de trabalho. O trabalho na sociedade do capital. A relação educação e trabalho. Capital, trabalho, educação e o papel da escola. Educação e trabalho para além do capitalismo e do capital.

Competência: Debater a relação educação e trabalho, situando-a na realidade da sociedade do capital e para além dela.

Cenário de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas as salas de aula do campus.

Bibliografia Básica:

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém (Org.). Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição. Goiânia: Editora UCG, 2005

FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e solidariedade São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar:

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). Juventude e sociedade São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MESZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). Juventude e sociedade São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, J.F.G. O novo rural brasileiro. 2. ed. Campinas: Editora do Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

VEIGA, E. Cidades imaginárias. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida, para o curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, da UESPI considera os seguintes parâmetros para o ensinar e o aprender:

- promoção da articulação entre a teoria e a prática;
- aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;

- apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- transposição do conhecimento para as variadas situações da vida e da prática profissional.

Levando em consideração estes pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a interdisciplinaridade.

A proposta metodológica de ensino está centrada nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias da informação que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado, com regulamento próprio, é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com suas diferentes modalidades de operacionalização em obediência às especificidades do curso.

O Estágio é realizado em instituições conveniadas e está estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho de curso. É exigida a supervisão das atividades e a elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação do Curso, para a avaliação pertinente.

O estágio obrigatório é composto de conteúdos ministrados/acompanhados de forma prática, contido nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado da Educação Infantil (150h), Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental (150h) e Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar (150h), totalizando 450 horas de atividades de estágio supervisionado obrigatório no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UESPI de Piri-piri.

Cada unidade curricular de estágio é desenvolvida sob a supervisão de um professor orientador, que conduzirá as etapas da sua execução, que envolvem aspectos teóricos e práticos de docência e gestão nas instituições em que se realizam.

Os campos de desenvolvimento do estágio são escolas da rede pública e/ou privada conveniadas com a UESPI, que acolham os alunos e designem os espaços para realização das atividades práticas do estágio.

Os alunos realizaram uma etapa de formação teórica sobre o campo de estágio a ser realizado, em seguida realizarão observação do campo, para propor atividades de intervenção/práticas e ao final socializarem as experiências vivenciadas.

O curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Professor Antônio Giovanni de Sousa da UESPI possui um campo de estágio amplo e diversificado, atendendo à necessidade de alunos e docentes para o estágio supervisionado. A UESPI, nesse sentido, firmou convênio de parceria para estágio nos seguintes locais conveniados com a UESPI, em lista disponibilizada no site institucional que sobre alteração constante por ser uma relação dinâmica. Tudo conforme a Lei de estágio, Lei nº 11788/2008 e a Resolução de Estágio CEPEX nº 004/2021.

Link: [EMPRESAS CONVENIADAS PREX SITE \(1\)](#)

7.2 Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Antônio Geovanni de Sousa da UESPI valorizam conhecimentos básicos nos eixos ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil, incentivando a realização de atividade extracurricular e científico-culturais na formação do pedagogo. Possui Regulamento próprio que prioriza a diversidade de atividade e as formas de aproveitamento.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado, com as Atividades Curriculares de Extensão ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares, são realizadas mediante a programação de cursos, seminários e atividades de orientação à população, inserindo-se na realidade sócio-educacional do Piauí, uma vez que o curso enfoca o atendimento à cidade de Piri-piri-PI regiões circunvizinhas. A organização curricular do curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia, do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa da UESPI cria as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico seriado semestral. Assim o aluno precisa desenvolver 125 (cento e vinte e cinco) horas de atividades complementares ao longo do curso. Tudo conforme a Resolução CEPEX nº 002/2021 e a Resolução CNE/ CES 002/2019.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, a secundar a

elaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC.

A apresentação do trabalho monográfico, é regulamentado e institucionalizado e tem por objetivo o exercício pedagógico concentrado para que o aluno exiba suas habilidades e competências obtidas ao longo de sua formação, além da contribuição confiável e relevante à comunidade científica, com propostas alternativas, primando pelo ineditismo no questionamento e no avanço dos estudos da ciência da saúde.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, estabelece ainda regras complementares de operacionalização do TCC, visando o disciplinamento de prazos de elaboração e entrega dos trabalhos destinados.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório no curso e é desenvolvido sob a orientação de professor efetivo, alinhado às linhas de pesquisas institucionais.

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em realizar uma pesquisa orientada e propiciar o desenvolvimento da produção científica em educação, com base na observação da realidade (diagnóstico) e mediante uma sistematização investigativa criteriosa. O aluno selecionará um aspecto relevante a ser aprofundado para melhor compreendê-lo e, se for possível, apontar e/ou implementar soluções, desenvolvendo, assim, a capacidade de redimensionar criticamente o seu fazer pedagógico.

Assim a produção do TCC tem como foco desenvolver o espírito de investigação nos alunos/as do curso de Licenciatura em Pedagogia desde os primeiros blocos, integrando os componentes acadêmicos e profissionalizantes. O Trabalho de Conclusão de Curso será construído pelo/a aluno/a, de forma individual ao longo da graduação, com base nas suas experiências vividas e analisadas a partir de referencial bibliográfico apropriado, conforme explicitado a seguir:

Inicia-se no 1º Bloco com a disciplina Metodologia do Trabalho Científico (60h) que visa possibilitar ao aluno de Pedagogia, adquirir subsídios teóricos e práticos de aprendizagem necessários ao desempenho racional e científico das atividades de estudo e produção intelectual. No VII Bloco a disciplina Prática e Pesquisa Educacional I (60h) apresentará ao/a aluno/a os enfoques teóricos da pesquisa em educação destacando a diversidade dos espaços de acesso à pesquisa educacional: biblioteca, meios

informatizados, leitura e produção de textos acadêmicos culminando com a elaboração de projetos de pesquisa em educação.

Prossegue no VIII bloco com a disciplina Prática e Pesquisa Educacional II (90h) onde se desenvolvem os procedimentos metodológicos, fundamentais a uma postura investigadora, fazendo inter-relação com as disciplinas de formação comum e específica, por meio da qual se estabelece contato com a realidade a ser investigada através da observação programada pelos professores das disciplinas do período culminando com a análise dos dados coletados.

O processo de preparação para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso continua no decorrer do curso com a disciplina Prática e Pesquisa Educacional III (90h) no IX bloco onde acontece a produção do relatório de pesquisa, isto é, a redação e socialização (Qualificação) dos Trabalhos de Pesquisa em Seminário elaborado junto com a Coordenação de Pedagogia.

Desta forma, a práxis pedagógica vivenciada no percurso das disciplinas Prática e Pesquisa educacional (I, II, III) permite a construção de um trabalho científico - Trabalho de Conclusão de Curso - no qual será elaborada uma síntese dos estudos teóricos realizados durante o curso nas diversas disciplinas percebidos e refletidos de forma indissociável das experiências vividas no cotidiano escolar formal ou não-formal. Vale ressaltar ainda que esta disciplina apresentam pré-requisitos para ser cursadas, isto é, para cursar a disciplina Prática e Pesquisa Educacional II o aluno deverá ter cursado a I e a disciplina Prática e Pesquisa Educacional III o aluno deverá cursar a I e II.

O Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, está inter-relacionado com as disciplinas de Prática Pedagógica em virtude da aproximação com a realidade educacional inerente a estas disciplinas presente também no processo da pesquisa.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa e do Trabalho de Conclusão de Curso será orientado por um/a docente, que atende até quatro (4) projetos de pesquisa por turma. O trabalho final será apresentado a uma banca constituída por três professores/as da área ou áreas afins (sendo um/a o orientador/a do/a aluno/a que apresenta a defesa e dois professores/as convidados/as).

A unidade curricular que tem como produto final o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a Prática em Pesquisa III, ofertada no 9º período do curso, e que contempla uma carga horária de 90h.

Portanto, compreende-se que a dimensão da atuação do/a pedagogo/a da Universidade Estadual do Piauí, qual seja, o ensino, a organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e processos educacionais e pedagógicos, terá impacto de qualidade se devidamente articulada com o eixo da pesquisa em um processo constante de aperfeiçoamento da práxis pedagógica, na acepção utilizada por Franco (2008). Tudo conforme a REsolução CEPEX nº 003/2021.

7.5 Atividades de Curricularização da Extensão

As atividades de curricularização de extensão, correspondem a 330 h e serão realizadas a partir do bloco II até o bloco VIII, com oferta de projetos e programas de extensão, prestação de serviços, oficinas e eventos, semestralmente, possibilitando ao aluno chegar ao bloco IX com a carga horária cumprida. A carga horária de extensão está contemplada na carga horária da disciplina a que estão vinculadas.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e cita:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

Art. 16 As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

As atividades curriculares de extensão serão realizadas seguindo a resolução da IES pertinente a esta atividade curricular. Tudo conforme a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 e a Resolução CEPEX Nº 034/2020

7.5 Prática como Componente Curricular

Para atender a necessidade de atividades práticas para a formação do licenciado em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, a matriz curricular contempla, além das 450 horas de Estágio Curricular Supervisionado, mais 490 horas de atividades práticas distribuídas nas disciplinas a partir do 3º bloco do curso, sendo garantido ao aluno a execução de todas as atividades práticas exigidas pelas Diretrizes curriculares ao final do 9º bloco do curso.

8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O ensino universitário está balizado na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que constitui-se em uma tríade indissociável e que propicia a formação dos licenciados em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa de forma ampla e consciente do campo de atuação de sua profissão.

8.1 Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Licenciatura do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa elege como prioritária a formação profissional decorrente das demandas sociais regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

Dessa articulação, resulta a percepção de que as dimensões social, ética, cultural, tecnológica e profissional, propiciam o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal às competências desenvolvidas, pressupondo:

- a análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;

- a aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- a atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

Desses pressupostos resulta claro que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elegem como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- o desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- a integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- a constituição do ser pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de Licenciatura em Pedagogia, prioriza-se:

- a articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;
- a interdisciplinaridade, promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitindo estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade na perspectiva de uma nova divisão social e técnica do trabalho;
- a diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e da oferta, articuladas à autonomia e mediadas por um processo de avaliação e de atendimento às diferenças;
- a formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2 Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão indissociáveis do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

I- eventos culturais, técnicos e científicos;

II - cursos de extensão;

III - projetos de atendimento à comunidade;

IV - assessorias e consultorias; e

V - publicações de interesse acadêmico e cultural.

À Pró-Reitora de Extensão cabe manter, por meio das Coordenadorias de Cursos, o registro de dados e informações sobre as atividades de extensão.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia é considerada por meio de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade, estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a faculdade e a sociedade. São atividades que ocorrem integradas às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão está vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre os conteúdos das disciplinas e atividades extra-classe.

8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação

científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível, quando os alunos iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI define suas linhas de pesquisa (revistas periodicamente) que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa.

A formatação da Pesquisa Institucional, com projetos propostos por professores pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa da UESPI, se dá através de sua aprovação pelo colegiado de curso e financiamento pela Instituição, em conformidade com o Edital da Pesquisa.

As ações de pesquisa são divulgadas através do referido edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à PROP. O Comitê Interno de pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos na UESPI são apresentados à Diretoria, através das Coordenadorias de Curso, para análise de viabilidade e da relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de

pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

Neste contexto a Coordenação de Pesquisa da UESPI objetiva coordenar, supervisionar, desenvolver e consubstanciar ações constantes no plano de atividades de pesquisa da UESPI e do Estado do Piauí, com vistas a melhorar sua operacionalização; propiciar a docentes e discentes condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, oferecendo subsídios técnicos e orientação na elaboração de projetos; articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento, objetivando o intercâmbio de recursos humanos e materiais para implantação de Programa e projetos; manter cadastro de instituições científicas financiadoras e divulgar as pesquisas desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UESPI.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda:

- Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;
- Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulado ainda a pesquisa básica;
- Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;
- Acompanhar e qualificar os projetos através da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

Para tanto, destacam-se as ações:

- Estimular a capacitação de docentes pesquisadores.
- Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas nas diferentes áreas do conhecimento humano.
- Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas.
- Estimular grupos de pesquisa emergentes.

- Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).
- Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam Programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares.
- Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins.
- Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento.
- Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica.
- Estimular a publicação de pesquisas em publicações nacionais e estrangeiras.
- Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares.
- Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI.
- Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa.

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da **UESPI**, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remota aos Programas vinculados CNPq sendo eles: o PIBIC/ CNPq, que oferta 53 bolsas anuais; PIBIC/ CNPq/ ações afirmativas, com 10 bolsas, e PIBIC/ UESPI, que oferta 100 bolsas anuais.
- Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica, evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas de pesquisa da Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais).
- Oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações,

monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

- Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;
- Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.
- A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1 Programa de Acompanhamento Discente

Além do ensino, o Campus desenvolve Programas como PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC, Monitoria, e outros no campo social, tais como auxílio alimentação, auxílio moradia e auxílio trabalho; contribuindo, com isso, para a permanência do discente na universidade e pleno desenvolvimento profissional, intelectual e sociocultural dos estudantes.

9.2 Monitoria de ensino

A Monitoria na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico - práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionada a atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado. Dessa forma, a monitoria é um programa que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas.

São considerados objetivos da monitoria:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino;
- Promover a cooperação entre professores e alunos;
- Dinamizar as ações didático-pedagógicas, envolvendo os alunos na operacionalização das ações cotidianas relacionadas ao ensino-aprendizagem da UESPI;
- Estimular à iniciação à docência. Tudo conforme a Resolução CEPEX nº 005/2020.

9.3 Programa de Nivelamento

A UESPI implantará um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser comprometido com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em

consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, além de educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem.

Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.3.1 Disciplinas ministradas em EaD

O curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, não ofertará disciplinas na modalidade de Ensino a Distância, devendo todas as disciplinas serem ministradas no formato presencial.

9.4 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente no AVA-MOODLE UESPI.

9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de *Campi* da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os

Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.

9.6 Ouvidoria

A UESPI antém em funcionamento permanente a Ouvidoria *online*. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno *online* e sugerir, criticar, elogiar, enfim opinar sobre as questões pertinentes, possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

9.7 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI, contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes. Os principais programas implantados na UESPI são:

- **Bolsa-Trabalho:** oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- **Auxílio-Moradia:** complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados
- **Auxílio-transporte:** possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.
- **Auxílio-Alimentação:** tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no Quadro 01, em ordem alfabética, o corpo docente efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa da UESPI, com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas e regime de trabalho.

Quadro 01: corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa da UESPI.

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Reg de Trabalho	Disciplinas
Adriana Borges Ferro Moura (CPF 478.962.803-53)	Graduada em Pedagogia e em Direito	Doutora em Educação	40h DE	- Prática e Pesquisa Educacional I - Prática e Pesquisa Educacional II - Prática e Pesquisa Educacional III
Antônio José Gomes (CPF 113.996.861-00)	Graduado em Pedagogia	Doutor em Educação	40h	- Gestão em Processos Educativos I - Gestão em Processos Educativos II - Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica - História da Educação - História da Educação Brasileira
Francisca Maria da Cunha de Sousa (CPF 905.847.593-04)	Graduada em Normal Superior e Pedagogia	Doutora em Educação	40h DE	- Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil - Didática - Educação Infantil
Francisco William Mendes Damasceno (CPF 824.648.123-15)	Graduado em Filosofia	Doutor em Filosofia	40h DE	- Metodologia do Trabalho Científico - Filosofia da Educação I - Filosofia da Educação II
Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana (CPF 741.687.703-20)	Graduada em Pedagogia	Doutora em Educação	40h DE	- Educação de Jovens e Adultos - História Conteúdo e Metodologia
Zilda Tizziana Santos Araújo (CPF 924.724.353-04)	Graduada em Pedagogia	Doutora em Educação	40h DE	- Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental - Pedagogia e Educação Digital

10.2 Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, aprovado pela Lei Complementar N^o 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de Julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX N^o 006/2015, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

- I. TP 20 - Tempo Parcial 20H - docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas a regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos;
- II. TI 40 - Tempo Integral 40H - docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 12 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.
- III. DE - Regime de Dedicção Exclusiva 40H – docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.
- São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:
- afastamento para cursar pós-graduação;
- auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- cursos de treinamento e atualização profissional;
- divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3 Política de acompanhamento do docente

O Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos os professores, incentivando-os e apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmica favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenadoria de Curso

- Nome do Coordenador: Adriana Borges Ferro Moura
- Titulação: Doutorado
- Tempo de experiência profissional no ensino superior: 27 anos
- Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: 5 anos

11.2 Colegiado do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa encontra-se organizado institucionalmente, conforme preceitua o Estatuto e Regimento Geral da UESPI, com o Colegiado de Curso, em funcionamento, o qual é formado pelos segmentos docentes, discentes, que se reúnem bimestralmente para discutir e deliberar os assuntos de natureza acadêmica.

11.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES N° 001/2010, é composto por:

Quadro 02: NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa em 2023

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRAB.
Adriana Borges Ferro Moura	Doutorado	40h DE
Antônio José Gomes	Doutorado	40h
Francisca Maria da Cunha de Sousa	Doutorado	40h DE
Francisco William Mendes Damasceno	Doutorado	40h DE
Zilda Tizziana Santos Araújo	Mestrado	40h DE

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

O Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, possui 10 salas de aula em funcionamento, com dois laboratórios de informática, sendo um deles disponível para uso de todas as atividades formativas da comunidade acadêmica da UESPI de Piriipiri.

Além disso existe um Laboratório de Práticas Pedagógicas Maria Montessori, que possui estrutura para acolher os alunos de pedagogia em atividades formativas e pedagógicas, com recursos didáticos diversificados e acolhe frequentemente atividades de ensino, pesquisa e extensão.

12.1 Infraestrutura física e de recursos materiais

O curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, além de dispor das salas de aulas para as atividades teóricas e práticas, também possui um Laboratório de Práticas Pedagógicas, O Laboratório de Práticas Pedagógicas Maria Montessori, que conta com equipamentos para o desenvolvimento de atividades teóricas, práticas e de extensão, para o ensino regular e para a educação especial.

12.1.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica do Campus é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas de contexto acadêmico administrativo referentes ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a discente. Funciona em todos os turnos, e tem como secretária responsável Ivone Maria Silva de Oliveira, atendendo de forma presencial e por e-mail: academico@prp.uespi.br

12.1.2 Biblioteca

IDENTIFICAÇÃO:

Biblioteca Antônio Giovani Alves de Sousa (BAGAS);

ESPAÇO FÍSICO:

Dispõe de uma área total de 168m² (21m de comprimento; 8m de largura), distribuídos em:

- 02 salas climatizadas: uma para atendimento e estudo (contendo 24 mesas com 4 cadeiras em cada; 2 computadores) e outra sala para estudo individual (contendo 9 cabines adaptadas com 1 cadeira em cada);
- 33 estantes contendo o acervo bibliográfico;

CONTROLE E ARMAZENAMENTO:

Além do controle e armazenamento físico do acervo, há também o armazenamento feito em meio virtual, o de documentos recebidos que são guardados no drive do e-mail da biblioteca, biblioteca@prp.uespi.br.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO:

A biblioteca da UESPI/PIRIPIRI se utiliza basicamente de duas formas de aquisição de material bibliográfico: 1) doações; e 2) oriundos da compra e distribuição da Biblioteca Central da UESPI;

EMPRÉSTIMO DE LIVROS:

Cada aluno matriculado pode pegar por empréstimo até no máximo 3 livros, tendo um prazo 7 dias para devolução. O controle dos empréstimos é feito por meio da assinatura com o registro nas pastas físicas que contém os dados dos alunos. O aluno também pode fazer a renovação do empréstimo do livro por e-mail, no e-mail da biblioteca.

DADOS DO ACERVO

O acervo da biblioteca Uespi/Piripiri é constituído por 4834 livros (com 1884 títulos, e 2950 exemplares); e também outros materiais como periódicos, monografias, dissertações e teses, conforme detalhadamente no quadro, a seguir:

DADOS SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS PROF. ANTÔNIO GIOVANI ALVES DE SOUSA – UESPI/PIRIPIRI(PI)

LIVROS		TESES	DISSERTAÇÕES	MONOGRAFIAS	REVISTAS / PERIÓDICOS
TÍTULOS	EXEMPLARES	01	07	1407	77
1884	2950				
4834					
TOTAL GERAL		6326			

Utiliza as normas do Regulamento da Biblioteca Central da UESPI, em Teresina, disponível no site da UESPI;

13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do Governo do Estado do Piauí e, cabe a Pró-reitoria de Planejamento e Finanças – PROPLAN trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a previsão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e o regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

A Universidade Estadual do Piauí oferta o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, tem por objetivo estimular a carreira docente nos cursos de licenciatura, através da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos - CA que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infra-estrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Está sendo, ainda, articulado um Projeto de Extensão Permanente que cria o Fórum Anual de Egressos da UESPI denominado “Filhos da UESPI: onde estão? O que fazem?”.

16 AVALIAÇÃO

16.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com conseqüente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

- ser em número de duas para as disciplinas com carga horária inferior a 60H;
- ser, nas disciplinas com carga horária igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observa-se-á o disposto nos Artigos 1º. e 2º. da Resolução CEPEX Nº 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 – aluno reprovado;
- De 4 a 6,9 – aluno de exame final;
- De a 7,0 a 10,0 - aluno aprovado por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou

seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí- UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020 sendo composta pelos seguintes membros:

1. Representantes docentes: Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista – Presidente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar - Vice-presidente, Irene Bezerra Batista, Edileusa Maria Lucena Sampaio, Ana Cristina Meneses de Sousa e Maria de Fátima Veras Araújo.
2. Representantes dos servidores Técnico – Administrativos: Aline de Carvalho Amorim e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho.
3. Representantes dos discentes: Daniela Ferreira Pereira e Aline de Lima Santos.
4. Representantes da Sociedade Civil Organizada: Almerinda Alves da Silva (CUT) e Josivaldo de Sousa Martins (SINTE).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.

Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.
- aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.
- propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.
- fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extra-curriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
- propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa é avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de auto-avaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, do Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da auto-avaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações

de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso a internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICs na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

16.5.1 ADESÃO À OFERTA DE CARGA HORÁRIA NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA - EAD EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS

Dado o contexto social, político e econômico atual e as possibilidades que a modalidade oferece para a democratização do acesso ao ensino superior e à formação continuada, a EAD passa a ser vista e especialmente valorizada como dinâmica pedagógica, trazendo mudanças, articuladas ao contexto social e tecnológico inovador, nos seus aspectos formativos e na relação professor-aluno, o que a caracteriza com especificidades, tornando-a uma modalidade educacional.

Considerando a EAD, antes de tudo, educação, admitimos que ela também se define como processo de formação humana cujas finalidades podem ser resumidas no preparo do aluno para o exercício da cidadania, com toda a complexidade que isso implica. Ela representa a possibilidade de propor estruturas e formas alternativas de aprendizagem, que poderão ter grande impacto na educação em geral, é inovadora e criativa, inter-relaciona a educação formal sequencial e a permanente, viabiliza o aprender como uma função central elementar da vida humana, contribui para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais. O marco legal da EAD no Brasil remonta à Lei de Diretrizes e Bases das Educação – LDB (Lei 9.394/1996) que em seu art. 80 define que:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

A Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

A UESPI, por meio da Resolução CEPEX Nº. 023/2022 estabeleceu que caberá a cada Núcleo Docente Estruturante – NDE e a cada Colegiado de curso, à partir do diálogo com os docentes do curso, propor a possibilidade de oferta de conteúdos à distância em

seus cursos presenciais e ajustar o Projeto Pedagógico de Curso, conforme normativa vigente.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Uespi, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, adota o modelo 100% presencial, sem oferta de disciplina de forma total ou parcial usando a metodologia de educação a distância.

ANEXOS

ANEXO A- RESOLUÇÃO CEPEX 003/2021

RESOLUÇÃO

Aprova o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

O MAGNÍFICO REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais, Considerando o processo nº 00089-000250/2021-50; Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX em Reunião Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar as normas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que vem a ser um componente curricular obrigatório formado por um grupo de disciplinas, envolvendo desde a produção do projeto de pesquisa até a conclusão do TCC; e que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho acadêmico e científico realizado pelo discente, individualmente ou em dupla, apresentado na forma de Monografia, Artigo ou Relatório Técnico-Científico.

§ 1º - Cada curso de graduação definirá, no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, as modalidades de TCC, conforme a natureza e o perfil do profissional que se pretende formar.

§ 2º - A elaboração do TCC implica rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência e para a sociedade.

§ 3º - Em qualquer das modalidades de TCC, mencionadas no *caput* deste artigo, a estrutura formal deve seguir os critérios estabelecidos no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI, disponibilizado pela Biblioteca Central desta Instituição de Ensino Superior, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou as diretrizes especificadas nos PPC dos Cursos.

Art. 2º - Cada curso de graduação oferecerá um grupo de pelo menos duas disciplinas obrigatórias de orientação de TCC previstas no PPC. A primeira, objetiva fornecer instrumental teórico-metodológico para elaboração do Projeto de Pesquisa, ofertada até o antepenúltimo período de cada curso.

A segunda, voltada à conclusão da redação do TCC, sua apresentação diante da Banca Examinadora e entrega da versão final do TCC, ofertada até o último período do curso.

§ 1º - Para o curso de graduação em Medicina, o grupo de disciplinas alusivas a este componente curricular deve ser cursado antes do ingresso do discente no Internato.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - São objetivos do TCC:

- I - Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
- II - Familiarizar, ou ampliar a familiaridade, do discente com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- III - Despertar ou aprofundar o interesse do discente pela pesquisa estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual e coletiva;
- IV - Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;
- V - Desenvolver a capacidade de aplicação de forma integrada dos conhecimentos durante a execução do trabalho científico;
- VI - Propiciar a inter-relação de conteúdos das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição, contribuindo para que o discente perceba-se como protagonista de uma intervenção social positiva.

DO PLANEJAMENTO DO TCC

co-orientação;

Art. 4º - Para a realização do TCC devem ser observadas as seguintes etapas:

- I - Elaboração e avaliação de um projeto de pesquisa, com definições sobre a orientação e/ou
- II - Execução com desenvolvimento e construção da pesquisa;

III - Redação, apresentação a uma Banca Examinadora e entrega da versão final do trabalho.

Art. 5º - A etapa de elaboração e avaliação do projeto de pesquisa é definida em conformidade com a organização curricular de cada curso que deverá prever o bloco do curso em que essa etapa será realizada.

§ 1º - Caso o projeto de pesquisa envolva seres humanos direta ou indiretamente conforme versa a Resolução CONEP Nº 466/2012 e Nº 510/2016 o(a) aluno(a) e seu(sua) orientador(a) deverão buscar as condições para sua execução, mediante autorização do Comitê de Ética em Pesquisa.

§ 2º - Caso o projeto de pesquisa envolva animais direta ou indiretamente conforme versa a Lei Nº 11.794/2008 o(a) aluno(a) e seu(sua) orientador(a) deverão buscar as condições para sua execução, mediante a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais.

§ 3º - O projeto de pesquisa aprovado na disciplina específica de cada curso deve ser enviado imediatamente ao Comitê de Ética correspondente, conforme explicitado nos §1º e §2º deste artigo.

Art. 6º - A etapa de elaboração e avaliação do projeto de pesquisa acontecerá até o antepenúltimo bloco do curso e as etapas referentes ao desenvolvimento, construção e defesa do TCC ocorrerão nos dois últimos blocos do curso, com sua defesa até o último bloco, sob a supervisão do(a) Professor(a) Titular da disciplina de TCC, do(a) Professor(a) orientador(a) do trabalho e co-orientador(a) quando houver e a Banca Examinadora.

§ 1º - As etapas descritas neste artigo deverão seguir cronograma específico no curso de Medicina em função da demanda curricular relativa ao Internato.

§ 2º - As etapas descritas nos incisos I e III do artigo 4º serão realizadas sob o acompanhamento do(a) Professor(a) orientador(a) de TCC e do(a) Professor(a) titular das disciplinas deste componente curricular.

§ 3º - A etapa descrita no inciso II do artigo 4º será realizada sob o acompanhamento do(a) Professor(a) orientador(a) de TCC.

§ 4º - O Núcleo Docente Estruturante do curso poderá estabelecer formas de controle e registro da orientação ao TCC, nas etapas de que trata o artigo 4º, devendo estar presente no PPC de cada Curso.

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 7º - A estrutura funcional do TCC compreende:

I - Colegiado de curso;

II - Coordenador(a) de curso;

III - Professor(a)(es) titulares dos componentes curriculares do TCC; IV - Professor(a) orientador(a)
e

V - Professor(a) co-orientador(a), quando houver. VI - Discente

§ 1º - Os orientadores de TCC deverão ser professores(as) do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar nomes de professores(as) de outras IES e/ou pesquisadores(as) vinculados a Grupos e/ou Centros de Pesquisa.

§ 2º - Cada orientador(a) deverá, no máximo, orientar cinco trabalhos simultaneamente, com distribuição igualitária entre os docentes em regime de 40h ou Dedicção Exclusiva, uma vez que a Resolução CEPEX 039/2017 prevê disponibilidade de carga horária docente para orientação de pesquisas. Somente em casos especiais e conforme Projeto Pedagógico de cada Curso poderá exceder este número, desde que seja imprescindível e aprovado pelo colegiado de curso.

§ 3º - Conforme prevê a Resolução CEPEX 039/2017, no seu Quadro 2, Item 8, para efeitos de encargos docentes, cada trabalho de orientação de TCC corresponde a uma hora de atividade complementar.

Resolução;

Art. 8º - Compete ao Colegiado de Curso:

I - Orientar suas decisões cumprindo e fazendo cumprir as normas específicas desta

II - Proceder o levantamento das linhas e/ou temáticas de pesquisa dos docentes com vagas

disponíveis para o TCC e aprová-las para a comunicação ao corpo discente na disciplina pertinente à produção do projeto de pesquisa;

III - Aprovar as normas do TCC presente no PPC observando as disposições desta Resolução;

IV - Apreciar e aprovar o cronograma de atividades de desenvolvimento dos componentes curriculares do TCC, elaborado pelo(a) professor(es)(as) titulares das disciplinas, em conformidade com o Calendário Acadêmico da IES;

V - Aprovar a relação dos professores(as) e/ou pesquisadores(as) orientadores(as) externos à IES;

Art. 9º - Compete ao Coordenador de Curso:

- I - Informar ao colegiado de curso e aos docentes titulares das disciplinas de TCC quais professores(as) estão aptos à orientação dos trabalhos de conclusão, no início de cada período letivo;
- II - Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir, as normas específicas desta Resolução;
- III - Convocar os(as) professores(as) orientadores(as) quando necessário para participarem de reuniões acerca do processo de desenvolvimento dos TCCs.
- IV - Encaminhar para apreciação e decisão do Colegiado do Curso os casos especiais ou excepcionais quando houver;
- V - Organizar sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos, em grau de recurso para posterior apreciação ao Colegiado de Curso.
- VI – Encaminhar as versões finais dos TCCs (digital e impressa) devidamente encadernados à Biblioteca Central da IES.

Art. 10º - São atribuições dos(as) Professores(as) Titulares das disciplinas do TCC: I - Elaborar o cronograma das atividades de desenvolvimento do TCC

II - Informar e orientar os alunos sobre a sistemática normativa do TCC;

III - Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento desta Resolução e das deliberações do Colegiado de Curso;

IV - Sugerir ao Colegiado do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;

V - Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os(as) professores(as) orientadores(as) durante o desenvolvimento das disciplinas de TCC com vista à melhoria do processo como um todo.

VI – Preparar as fichas de avaliação, atas e declarações necessárias à realização da Banca Examinadora. Receber de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca, e entregar as declarações de participação aos membros da Banca.

VII – Entregar todas as atas e as versões finais dos TCCs conforme normas estabelecidas no PPC à Coordenação de Curso.

orientando;

Art. 11º - São atribuições do(a) Professor(a) Orientador:

- I - Participar das reuniões relacionadas ao TCC;
- II - Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o
- III - Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao aluno refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;
- IV - Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a); V - Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.
- VI - Elaborar e organizar a composição das bancas examinadoras do TCC observando o regimento interno, quando houver.

Art. 12º – São atribuições do(a) aluno(a) no processo de elaboração do seu TCC:

- I - Participar das reuniões convocadas pelo(a) professor(a) titular da disciplina ou pelo(a) seu Orientador(a) e/ou Co-orientador(a) (se houver) nos horários pré-estabelecidos;
- II - Manter contatos periódicos com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- III - Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma da disciplina e aprovados em Colegiado para entrega de projetos e a versão final do TCC;
- IV - Elaborar o projeto de pesquisa, etapas intermediárias e a versão final do TCC de acordo com orientações do(a) professor(a) orientador(a) e das normas estabelecidas no §3º, do art. 1º desta Resolução;
- V - Submeter o TCC à avaliação prévia do(a) professor(a) orientador(a) visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões em todas as etapas de sua elaboração;
- VI - Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentação e/ou defesa da versão final do TCC, conforme a sistemática de apresentação definida pelo Curso;
- VII – Entregar a versão final do TCC de acordo com as normas estabelecidas pelo Curso no prazo determinado pelo cronograma da disciplina de TCC.

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13º- A apresentação do TCC será uma sessão pública, exceto aquelas que envolvem defesa de Patente.

Art. 14º - A banca examinadora será constituída pelo(a) Professor(a)-orientador(a) presidente da mesma e outros dois professores da UESPI e/ou externos à IES.

Art. 15º - O (a) professor(a) titular da disciplina de TCC somente marcará a apresentação do trabalho, após a aprovação do mesmo, pelo(a) Professor(a)-orientador(a).

Parágrafo único - A data, a hora e o local de apresentação do TCC serão definidos conforme a disponibilidade dos participantes da Banca.

Art. 16º - O discente deverá entregar o TCC em três vias (em meio digital ou impresso), ao(a) professor(a) orientador do TCC, para ser repassado aos demais membros da Banca Examinadora, no mínimo com 15 dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.

Art. 17º - O aluno disporá do tempo mínimo de 20 minutos e no máximo de 30 minutos para apresentação do TCC, após a apresentação, a Banca terá 60 minutos para arguições. Posteriormente, o aluno deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora.

Art. 18º - Os membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração:

I - Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a relevância da pesquisa;

II - Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual; III - A capacidade de análise e síntese;

IV - O atendimento às normas previstas no §3º, do art. 1º desta Resolução;

V - A apresentação do aluno, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito.

§ 1º - Será considerado aprovado, na apresentação e defesa do TCC diante da Banca Examinadora, o aluno que obtiver média aritmética, das notas atribuídas pelos membros da Banca, igual ou superior àquela estabelecida no Regimento Geral da UESPI.

§ 2º - Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias/correções para sua aprovação, poderá sugerir que o aluno o apresente posteriormente, em prazo de 30 dias;

§ 3º - É facultada a escrita da nota na ata de defesa, podendo constar apenas os termos aprovado ou não aprovado, devendo, neste caso, a ata ser acompanhada por Ficha de Avaliação dos membros da banca constando a nota dada ao trabalho.

Art. 19º - O aluno que não entregar o TCC no prazo estabelecido pelo cronograma da disciplina (versão para a avaliação da Banca e a versão final), ou não comparecer para sua apresentação e defesa oral na data marcada, está reprovado na disciplina relativa ao TCC.

Art. 20º - Até 15 dias, após apresentação, o aluno deverá realizar as correções sugeridas pela Banca Examinadora e entregar um exemplar no formato digital e um exemplar impresso ao

professor titular da disciplina de TCC, sendo esta, uma exigência para a finalização da disciplina pelo aluno.

§ Único – Acompanhada de uma carta de anuência, assinada pelo orientador, atestando que as alterações indicadas pela banca foram realizadas e que está autorizando a entrega do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º - Nos PPCs de cada Curso deverão constar os seguintes dados sobre o TCC: I - Modalidades de TCC e seus objetivos;

II - Normas para elaboração do TCC;

III - Outras atribuições do professor Titular da disciplina de TCC, do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do Orientando, além das previstas nesta Resolução;

IV- Critérios de avaliação, obedecendo ao que dispõe o Regimento Geral da UESPI.

Art. 22º - Os custos da elaboração e apresentação do TCC são de responsabilidade do discente.

Art. 23º - Os casos omissos desta Resolução serão resolvidos, em primeira instância, pelo Colegiado do Curso e, em segunda instância, pelo Conselho de Unidade ou Centro.

Art. 24º - A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, sempre que necessário, poderá expedir normas administrativas e instruções visando o desenvolvimento das atividades de TCC.

Art. 25º - O anexo A é parte integrante desta Resolução.

Art. 26º - Os casos omissos serão resolvidos pela PREG/UESPI.

Art. 27º - Esta Resolução revoga a Resolução CEPEX N° 014/2011.

Art. 28º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE, PUBLIQUE - SE E CUMPRA – SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

Presidente do CEPEX

ANEXO A

ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas,
na sala número

_____ do setor/Campus _____ - UESPI, na presença da banca
examinadora, presidida pelo(a) professor(a)

_____ e composta pelos seguintes

membros: 1) _____ e

2)

_____, o aluno(a)

_____ apresentou o
Trabalho de Conclusão do Curso de _____ Graduação em
_____ como elemento

curricular indispensável à Colação de Grau, tendo como título:

_____.

A Banca Examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado (Aprovado
ou

Reprovado) _____ ora formalmente divulgado ao aluno e aos demais
participantes, e eu

professor(a) _____ na qualidade de professor titular da
disciplina de TCC lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos membros da Banca
Examinadora e _____ pelo(a) aluno(a)
apresentador(a) do trabalho.

OBS.

—.

Assinaturas:

- 1 – Professor titular da disciplina de TCC
- 2 - Presidente da Banca Examinadora
- 3 - Membro da Banca
- 4 - Membro da Banca
- 5 - Aluno(a)

ANEXO B- RESOLUÇÃO CEPEX 003/2021

RESOLUÇÃO

Regulamenta os Estágios dos cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

O MAGNÍFICO REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de discentes;

Considerando o parágrafo único do Art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos discentes regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”; e,

Considerando a necessidade de normatização e definição de diretrizes que oriente a efetivação dos Estágios para os cursos de Graduação da UESPI;

Considerando o processo nº 00089-000250/2021-50;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX em Reunião Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º Regularizar os Estágios realizados por discentes da UESPI, normatizar a sua execução, coordenação, acompanhamento e avaliação nos termos desta Resolução.

TÍTULO I ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 2º Estágio é ato educativo escolar e profissional supervisionado, intencionalmente assumido pelas escolas, empresas e organizações parceiras, que visa à preparação para o trabalho produtivo de discentes que estejam regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UESPI.

Art. 3º São objetivos dos Estágios:

I - Viabilizar experiências profissionais diversificadas na(s) área(s) de abrangência do curso, por meio de atividades planejadas, orientadas e avaliadas, compreendidas como meios de aprimoramento da formação acadêmica e profissional.

II - Constituir ambiente propício de articulação teoria-prática na efetivação da formação de profissionais críticos, criativos, com postura ética e compromisso social.

CAPÍTULO III DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º O Estágio poderá ser Obrigatório ou Não Obrigatório, conforme determinação da modalidade e área de ensino, das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC.

§ 1º Estágio Obrigatório é aquele vinculado ao PPC, compõe componente curricular obrigatório da graduação, como requisito à sua integralização;

§ 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional formativa, com possibilidade de equivalência de horas para Atividades Acadêmicas, Científico-Culturais (AACC's);

§ 3º Para o Estágio Obrigatório, o estagiário poderá ou não receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada;

§ 4º Para o Estágio Não Obrigatório, o estagiário receberá bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como o auxílio-transporte;

§ 5º Em qualquer modalidade de estágio é vedada a compensação de ausência através de atividades domiciliares, conforme §2º Art. 76, do Regimento Interno da UESPI, exceto em situações excepcionais de calamidade pública;

§ 6º As faltas do discente durante o período de Estágio são passíveis de justificativas e reposições, em caso de doenças infectocontagiosas, hospitalização, óbito de cônjuge, parentes próximos e por solicitação judicial;

§ 7º A jornada semanal e carga horária diária para o Estágio Obrigatório deve ser estabelecida pelo PPC. Para o Estágio Não Obrigatório, a jornada semanal deve ser de, no máximo 30 horas, e carga horária diária, no máximo de 6 horas.

§ 8º As atividades previstas no Estágio Obrigatório, componente curricular, permitem avaliar a experiência de estágio, de acordo com os objetivos fixados no PPC, atribuindo nota a ser lançada no diário da disciplina.

TÍTULO II

DAS CONDIÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

CAPÍTULO IV

DO CAMPO DE ESTÁGIO E DA JORNADA DE ESTÁGIO

Art. 5º Os Estágios serão realizados nas seguintes condições:

§ 1º O Estágio Obrigatório será realizado no município sede do Curso. Somente, quando a sede de funcionamento do Curso não comportar a demanda para a realização do Estágio, este poderá ocorrer em municípios circunvizinhos. Sob estas condições, o Colegiado do Curso analisará os critérios e as condições de orientação do estágio;

§ 2º O Estágio Não Obrigatório poderá ser realizado em qualquer município / Estado, desde que seja garantida a supervisão por parte da empresa conveniada.

Art. 6º O Estágio Obrigatório serão organizados da seguinte forma:

§ 1º Atividade de orientação individual, ocorre quando cada discente é supervisionado por seu professor orientador ao executar o estágio;

§ 2º Atividade de orientação coletiva, ocorre quando o professor orientador orienta um grupo de discentes em atividades de estágio.

Art. 7º O Estágio poderá ser ofertado por Instituições caracterizadas: I - Por entidades jurídicas de direito privado;

II - Por órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - Por meio dos profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV - Pela UESPI.

Parágrafo único: Os Campos de Estágio deverão possuir infraestrutura de recursos humanos, tecnológicos e/ou material compatíveis com a demanda da atividade de Estágio, o que será informado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e/ou à Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX) pelo interessado, no momento da solicitação de celebração de convênio.

Art. 8º A jornada das atividades e a vigência dos estágios devem estar previstas nos termos de compromissos, em conformidade com a Lei do Estágio n.º 11.788/2008 e os PPC's.

CAPÍTULO V DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Art. 9º Para a realização dos estágios os/as discentes deverão apresentar, no caso do Estágio Obrigatório, ao professor da disciplina e, no caso do Estágio Não-Obrigatório, ao setor competente os

seguintes documentos:

1. Ficha de inscrição preenchida (exclusivo para o Estágio Obrigatório);
2. Comprovante de matrícula (exclusivo para o Estágio Obrigatório);
3. Termo de Compromisso em três vias, assinado e carimbado pelo representante legal da empresa concedente, estagiário, professor da disciplina (Estágio Obrigatório), Direção dos *Campi* e/ou do responsável pela Divisão de Estágio Obrigatório/DAP/PREG (Estágio Obrigatório), Direção dos *Campi* e/ou do responsável pelo Departamento de Assuntos Estudantis e Comunitários/DAEC/PREX (Estágio Não Obrigatório);

§ 1º O descumprimento de quaisquer requisitos deste artigo ou de quaisquer obrigações contidas no Termo de Compromisso, caracteriza vínculo de emprego do discente com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 2º Observar a Vigência e/ ou Celebrar Termo de Convênio entre a UESPI e a parte concedente do estágio.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 10º São competências da UESPI, através da PREG e/ou da PREX:

- I - Propor a política institucional de estágio e normatizar suas atividades;
- II - Celebrar Termo de Convênio com as partes concedentes, por iniciativa própria, por solicitação dos discentes e/ou agentes de integração e, zelar por seu cumprimento;
- III - Manter informada a comunidade universitária e os demais agentes de integração quanto aos convênios celebrados;
- IV - Celebrar Termo de Compromisso entre as partes envolvidas no estágio (discentes, professor, instituição concedente);
- V - Arquivar via original dos termos de convênios;
- VI - Providenciar a contratação de seguro de vida contra acidentes pessoais para os estagiários, quando se tratar de estágio obrigatório, e do não obrigatório quando a atividade for realizada nesta IES.

Art. 11º Compete à Coordenação do Curso de Graduação:

- I - Indicar professor/a orientador/a da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades do estagiário;
- II - Ter e dar ciência aos professores de estágio da documentação necessária;
- III - Intermediar a relação entre professor e supervisor de estágio, a PREG e a PREX, no sentido de facilitar a resolução de eventuais demandas, bem como aprimorar quaisquer aspectos relativos às atividades de estágio;
- IV – Arquivar documentos dos estágios obrigatórios, para fins de consulta e comprovação nos processos de avaliação dos respectivos cursos.

Art. 12º Compete ao Professor Orientador:

- I - Orientar os discentes quanto aos procedimentos que envolvam a realização dos estágios;
- II - Encaminhar os discentes com ofício e devidas documentações, assinadas pelo professor da disciplina no prazo máximo de 01 (um) mês do início das atividades do estágio;
- III - Participar da elaboração do plano de atividades de estágio, de acordo com os objetivos expressos do PPC e com as especificidades da parte concedente;
- IV - Acompanhar e avaliar de forma contínua a elaboração e o desenvolvimento das atividades realizadas durante o estágio, por meio de estratégias de interação (relatórios, relatos de experiência, projetos, trabalhos, registros de dados, etc.) definidas em conjunto com o coordenador do curso;

IV – Para o Estágio Obrigatório, enviar a Divisão de Estágio Supervisionado/DAP/PREG, via SEI ou presencial, nos prazos e condições previstas no calendário acadêmico, os Termos de Compromisso, para assinatura, e os mapas demonstrativos de acompanhamento de estágio, para garantir a concessão do seguro de vida. Nos *campi*, exceto Poeta Torquato Neto, a assinatura do Termo de Compromisso deve ser feita pelo Diretor(a) do *campus*;

V – Para o Estágio Não Obrigatório, cumprir a exigência da apresentação periódica, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no plano de trabalho;

Parágrafo único. O plano de atividades do/a estagiário/a deve ser elaborado em acordo com o/a discente, a UESPI e a parte concedente do estágio, sendo incorporado ao termo de compromisso.

VI – Orientar quanto às normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus discentes;

VII - Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, e das disposições deste Regulamento e da legislação vigente;

VIII - Para o Estágio Obrigatório, enviar a Coordenação do Curso, ao final da disciplina, os Termos de Compromisso devidamente assinados, o mapa demonstrativo de acompanhamento de estágio, os relatórios individuais do estágio e diário da disciplina.

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

Art. 13º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem ofertar estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - Celebrar Termo de Convênio com a UESPI, zelando por seu cumprimento;

II - Celebrar Termo de Compromisso com o estagiário, a parte concedente do estágio, professor/supervisor/tutor e a UESPI;

§ 1º O Termo de Compromisso destinado à formalização dos estágios será fornecido, prioritariamente pela UESPI, e/ou pela parte concedente, mediante as seguintes informações:

1. dados do(a) estudante estagiário(a);

2. dados do(a) professor(a), supervisor, e/ou tutor(a) de estágio;

3. menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício;

4. jornada semanal e carga horária diária, conforme o PPC e/ou os termos dos convênios estabelecidos para cada Curso de Graduação;

5. seguro contra acidentes pessoais, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

III - participar da elaboração do plano de atividades de estágio, explicitando suas especificidades, condições e métodos de atuação;

IV - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao/a estagiário/a atividades de aprendizagem educacional, social, profissional e cultural;

V - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

VI – Definir o valor mensal da bolsa, e/ou a contraprestação de serviços, bem como o descanso anual quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório;

VII - Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso, quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Parágrafo único. No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro será assumida pela UESPI, e alternativamente, pela empresa concedente.

VIII - Por ocasião do desligamento do estagiário, encaminhar à UESPI termo de rescisão do estágio e relatório das atividades desenvolvidas com a avaliação de desempenho, quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório;

IX - Manter a disposição da fiscalização, documentos que comprovem a realização do estágio.

CAPÍTULO VIII

DOS PRAZOS

Art. 14º A data para abertura de novos convênios e para inscrição dos/as discentes será fixada no calendário acadêmico da UESPI.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º Os casos omissos serão resolvidos pela PREG e/ou à PREX da UESPI.

Art. 16º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO CEPEX 096/2023
2023

TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.011860/2023-41;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, no *Campus* da UESPI em Piri-piri - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 9082436.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente dos Conselhos**, em 14/11/2023, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9968982** e o código CRC **85CB5DCE**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.011860/2023-41

SEI nº 9968982

NOS BAIRROS CENTRO, LAGOA DA ONÇA, DONA COTINHA E BOM JARDIM NO MUNICÍPIO DE DIRCEU ARCOVERDE-PI; O PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE QUE TRATA O CONTRATO EM EPÍGRAFE SERÁ AMPLIADO EM 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, FICANDO PRORROGADO ATÉ A DATA DE 06/03/2023; A VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ MANTIDA SERÁ AMPLIADA EM 360 (TREZENTOS E SESENTA) DIAS, FICANDO PRORROGADO ATÉ A DATA DE 10/03/2024.

DATA DA ASSINATURA: 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: PELA CONTRATANTE: JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

PELA CONTRATADA: VITÓRIO DIAS DE SOUSA

JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

SECRETÁRIO ESTADUAL DA DEFESA CIVIL - SEDEC

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 24548, datada de 16 de novembro de 2023.)

RESOLUÇÕES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 091/2023 TERESINA(PI), 10 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.012139/2023-78;

Considerando o inciso II do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando a RESOLUÇÃO CEPEX 069/2023, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Computação,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar criação e o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Computação, a ser ofertado no Campus "Professor Alexandre Alves de Oliveira", em Parnaíba - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.



COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 092/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.015417/2023-49;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (PARFOR)** da Universidade Estadual do Piauí, no Polo de Morro Cabeça no Tempo/PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9241918](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

**RESOLUÇÃO CEPEX 093/2023
DE NOVEMBRO DE 2023****TERESINA(PI), 13**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.015937/2023-51;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (PARFOR)** da Universidade Estadual do Piauí, nos Polos de Barras e Valença/PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9485460](#) .

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

**RESOLUÇÃO CEPEX 094/2023
DE NOVEMBRO DE 2023**

TERESINA(PI), 13

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.019573/2023-89;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (PARFOR)** da Universidade Estadual do Piauí, no Campus de Piri-piri/PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [8880661](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

**RESOLUÇÃO CEPEX 095/2023
DE NOVEMBRO DE 2023**

TERESINA(PI), 13



O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.016002/2023-92;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (PARFOR)** da Universidade Estadual do Piauí, nos Polos de Água Branca, Barras, Campinas do Piauí, Itainópolis e Nossa Senhora dos Remédios/PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9155287](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 096/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.011860/2023-41;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, no Campus da UESPI em Piri-piri - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9082436](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE



EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 097/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.013632/2023-13;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, no Campus da UESPI em Picos/PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9052023](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 098/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.015132/2021-46;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, do Campus da UESPI em Campo Maior - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9856457](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.



COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA****PRESIDENTE DO CEPEX****RESOLUÇÃO CEPEX 099/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.009430/2023-69;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM DIREITO**, do Campus da UESPI em Parnaíba - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id.[9740725](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA****PRESIDENTE DO CEPEX****RESOLUÇÃO CEPEX 100/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.026082/2023-94;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM**



LETRAS ESPANHOL do Centro de Ciências, Humanas e Letras - CCHL, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9875758](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 101/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.011474/2023-59;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**, do Campus da UESPI em Uruçuí - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9633209](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 102/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.011376/2023-11;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da



UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**, do Campus da UESPI em Picos - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9826731](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 103/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.011006/2023-84;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**, do Campus da UESPI em Floriano - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9646424](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 104/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023



O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001451/2023-36;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, do Campus da UESPI em Picos - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9268619](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX

RESOLUÇÃO CEPEX 105/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001062/2023-19;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, do Campus da UESPI em Floriano - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [6694196](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA



PRESIDENTE DO CEPEX**RESOLUÇÃO CEPEX 106/2023 TERESINA(PI), 13 DE NOVEMBRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.020189/2022-48;

Considerando o inciso XIV do artigo 66 e inciso XXIV do artigo 60, do Estatuto da UESPI;

Ad Referendum do CEPEX,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**, do Campus da UESPI em Picos - PI, nos termos do Anexo desta Resolução id. [9267506](#).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA****PRESIDENTE DO CEPEX**

(Transcrição da nota RESOLUÇÕES de Nº 24498, datada de 16 de novembro de 2023.)

RESOLUÇÃO Nº 541, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Concede autorização ao Governador do Estado, cidadão Rafael Tajra Fonteles, para ausentar-se do país em missão oficial a ser cumprida na Croácia, Bélgica e Portugal, no período compreendido entre 17 de novembro a 24 de novembro de 2023.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, FAÇO saber que o Poder Legislativo do Estado do Piauí, nos termos do art. 27, VI, "b", do Regimento Interno,

